

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA SELMA TEOTÔNIO DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA: A Conexão da Lei 11.645/2008
com a Educação de Jovens e Adultos através das Tecnologias Digitais

JOÃO PESSOA-PB

2013

MARIA SELMA TEOTÔNIO DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA: A Conexão da Lei 11.645/2008
com a Educação de Jovens e Adultos através das Tecnologias Digitais

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao componente curricular Estágio Supervisionado V, ministrado pela Profa. MsC. Laura Brito de Farias, no Curso de Pedagogia, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

JOÃO PESSOA-PB

2013

MARIA SELMA TEOTÔNIO DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA: A Conexão da Lei 11.645/2008
com a Educação de Jovens e Adultos através das Tecnologias Digitais

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa.. Dra. Ana Paula Romão de S. Ferreira
(Orientadora)

Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão
(Professor Convidado)

Profa. MsC.Laura Brito de Farias
(Professora da disciplina de Estágio V)

JOÃO PESSOA-PB

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu irmão João e minha cunhada Eliane e meus sobrinhos e sobrinha João César e Ana Beatriz que me acolheram no momento mais precioso da minha vida, o início de tudo e que me deram suporte até o fim.

A Juberlane por me fazer sempre acreditar que eu tinha uma inteligência “sobrenatural” nos momentos de sufoco e me ajudar com as idas a escola para a que eu pudesse fazer os levantamentos dos dados, como também muitas vezes levando-me a universidade para que eu pudesse cumprir minha responsabilidade estudantil.

A Hortêncio, Luzenice, Dedé e em especial a Antônio (Copiadora CARVALHO) por ter me ajudado tantas vezes com cópias e impressões, e estímulos.

A Chica e Carla (Lanchonete) por confiar em meu caráter me permitindo fazer almoços e jantas, como também servindo de suporte como transporte escolar para minhas idas e vindas da universidade para casa.

Ao DAPed “Gestão Unir para Reconstruir” 2011 e 2012 e Gestão 2013 – TEC – Trabalho e Compromisso, onde aprendi de forma grandiosa como trabalhar em equipe, como amar o próximo e respeitar as opiniões de cada um/uma. Em especial, à Iara Nogueira, Tatiane Ferreira, Rita de Cássia, Adripaulo, Anderson, Juliana Correia amigos/as que sempre irão morar no meu coração.

A toda turma do Grupo de Estudo Afro Educação, onde me proporcionaram momentos excelentes de crescimento, aprendizado, e amor pelo próximo.

Ao Grupo de Estudo Surdez & Libras na pessoa da profa. Dra. Sandra Santiago, por me ensinar a ter um olhar de amor para as pessoas com deficiência.

A turma de pedagogia do período noturno, que me receberam e me adotaram como parte da turma

Ao meu co-orientador Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão quando em momentos de aprendizado me fala a seguinte frase “ESTUDE, ESTUDE, ESTUDE! Soando como música aos meus ouvidos, por tem me dado oportunidade de aprender e crescer através do PROLICEN, PIBIC e do Grupo de Estudo.

Não poderia deixar de agradecer também a profa. Dra. Ana Paula Romão de S. Ferreira que foi a primeira pessoa a acreditar no meu potencial e investir em minha vida acadêmica e em todo momento mostrando-me que eu era capaz, e por ter aceitado o meu convite de ser minha orientadora.

DEDICO exclusivamente a Deus que me permitiu sonhar e crer que esse sonho fosse possível de ser realizado, me dando força a cada momento quando desejava desistir, mostrando que eu era capaz porque ELE estava comigo e que ELE é quem realiza meus sonhos.

“Saber ensinar não é transferir conhecimento, mais criar as possibilidades para sua própria produção ou sua construção”
(FREIRE, 2005).

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade analisar a conexão da Lei 11.645/2008 com a Educação de Jovens e Adultos através das Tecnologias Digitais. A referida legislação visa implementar no currículo escolar de todos os níveis de ensino a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. No processo da construção do nosso país vimos que se propagou o preconceito, discriminação, onde o negro e o índio foram excluídos do procedimento civilizatório e interacional, enraizando assim a elite no Brasil, fazendo do negro e do índio percentuais negativos. Sendo assim, compreendemos que o ensino na EJA necessita atender as novas exigências que tratam sobre práticas pedagógicas que falam sobre as diversidades culturais e da latente educação inclusiva no campo digital. A metodologia utilizada foi a pesquisa histórica qualitativa, a partir de fontes bibliográficas, documentais, webgráficas e sua interlocução com o estágio em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), através da pesquisa participante. O *lócus* foi à Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Afonso Pereira da Silva. Assim sendo, nosso intuito é contribuir com a aplicação da Lei 11.645/2008, dando também a importância de se criar novas metodologias de ensino e iniciativas que visem não só o ingresso e a permanência do aluno na escola, como também, o combate ao preconceito racial dentro e fora da sala de aula, em especial, possibilitado por importantes fontes digitais, disponíveis na atualidade, como: blogs, sites, redes sociais, entre outros.

PALAVRA – CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Lei 11.645/2008. Tecnologia digital.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the connection of Law 11.645/2008 with Youth and Adults through Digital Technologies. This legislation seeks to implement the school curriculum at all levels of learning compulsory teaching of history and culture african-Brazilian and indigenous. In the process of building our country saw that spread prejudice, discrimination, where the black and indium were excluded from the procedure and civilizational interaction, thereby entrenching the elite in Brazil, making the blacks and Indians negative percentage. Thus, we understand that teaching in adult education needs meet the new requirements that deal with pedagogical practices that talk about the cultural diversities and latent inclusive education in the digital field. The methodology was qualitative historical research, from literature sources, documentary, webgráficas and its interaction with the stage in a class of Youth and Adults (EJA), through participatory research. The locus was the Municipal School of Basic Education Teacher Afonso Pereira da Silva. Therefore, our goal is to contribute to the application of Law 11.645/2008, giving also the importance of creating new teaching methodologies and initiatives aimed at both the entry and the student remained in school, but also to combat racial prejudice inside and outside the classroom, in particular, made possible by major digital sources available today, such as blogs, websites, social networks, among others.

WORD - KEY: Education for Youth and Adults. Law 11.645/2008. Digital technology.

LISTA DE SIGLAS

CME	- Conselho Municipal de Educação
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CDI	- Comitê para Democratização da Informática
CONAE	- Conferência Nacional de Educação
CONFINTEA	- Conferência Internacional de Educação de Adultos
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
E.M.E.F	- Escola Municipal de Ensino Fundamental
GT	- Grupo de Trabalho
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
ONG's	- Organizações não Governamentais
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBIC	- Programa de Iniciação Científica
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PROLICEN	- Programa de Licenciaturas
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
SECAD (I)	- Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão
SEPIR	- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TIC's	- Tecnologia da Informação e Comunicação
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNESP	- Universidade Estadual Paulista

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Conhecimento dos (as) alunos (as) sobre a Lei 11.645/2008
- Gráfico 2** - Presenciou ou algum outro de preconceito
- Gráfico 3** - Sofreu algum tipo de preconceito
- Gráfico 4** - Já tiveram aula sobre História Africana. Afro brasileira e indígena
- Gráfico 5** - Já teve alguma aula na EJA usando as novas tecnologias digitais
- Gráfico 6** - A importância do uso das tecnologias digitais na sala de aula da EJA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Caminhos Metodológicos	14
2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15
2.1 Breve Histórico da Educação Indígena	15
2.2 Breve Histórico dos Afro Brasileiros No Brasil	16
2.3 A Lei 11.645/2008	17
2.4 A educação de Jovens e Adultos e as Diretrizes das Relações Etnicorraciais	21
3 AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA INCLUSÃO DE AFROBRASILEIROS E DE INDÍGENAS	25
3.1 Tecnologias Digitais	25
3.2 Os Negros e Índios nas Redes Sociais	28
3.3 Caminhos para um ensino étnico-racial na educação de jovens e adultos através das tecnologias digitais	30
4 ANÁLISE DOS DADOS	35
4.1 Mapeamento Bibliográfico e Webgráfico	35
4.2 Análise webgráfica: blog's e sites como materiais didáticos para inclusão da Educação Étnico-racial na EJA.	39
4.3 Caracterização da escola	42
4.3.1 Resultado das Intervenções	46
4.3.2 Tabulação do questionário aplicado com os professores e alunos	46
4.3.3 Palestra: diálogo com os estudantes e professor de EJA	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6 REFERÊNCIAS	58
APÊNDICES	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como fundamento o trato das tecnologias digitais como elemento importante para inclusão da história africana, afro brasileira e indígena na educação de jovens e adultos permitindo assim um melhoramento e um desenvolvimento dentro desse contexto educacional.

O interesse por esta temática “**EDUCAÇÃO AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA: A Conexão da Lei 11.645/2008 com a Educação de Jovens e Adultos através das Tecnologias Digitais**” teve seu início a partir das indagações feitas através das pesquisas realizadas através do projeto intitulado HISTÓRIA AFRICANA, AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Uma análise da implementação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 no Litoral Norte Paraibano. (1ª e 2ª parte) (2011.2 – 2013.1), estando nesse último como bolsista do PIBIC.

Nesse sentido, a motivação deste estudo teve haver com a nossa condição de identidade étnico-racial. Sou brasileira, negra, mulher, mas não sou mais um problema na história e na sociedade, sou protagonista, sim, alguém que luta, que cresce, que vence, sonha e quer transformar.

Nasci no interior, sou paraibana, da gema, da raça, época em que a ditadura transparecia de forma mais objetiva, sem o jeitinho ou a “pseudo” intelectualidade onde se relatava que o/a negro/a não tinha.

Sou negra de família branca, a pesar de o meu pai ser negro do cabelo a aos traços, fui considerada um acidente, ou a consequência de um “pecado” existente. O que dizer quando seus irmãos mesmo de pais diferentes, mas brancos, como forma de “carinho” e de “brincadeira” falava uma velha expressão “negro em pé é um touco e deitado é um porco”; ou ainda quando minha própria mãe dizia que a coloquei na culpa diante da sociedade porque minha cor e minha aparência revelava meu verdadeiro pai, ou simplesmente meu verdadeiro eu.

Era comum ouvir que eu terminaria minha vida casada com um negro e com no mínimo 5 filhos, porque essa era a única coisa que um negro saberia fazer bem, vivendo no interior onde a única fonte de renda de um negro era a agricultura. Nesse contexto fui crescendo e mesmo com tantos contratempos se alguém pensasse por algum momento que eu ia me anulando, estava completamente errada, pois sempre idealizei não só passar pela história mais ser a protagonista dessa história, que lutaria e mudaria minha realidade.

E surgiu o período da escola e como toda a criança e adolescente tem heróis eu encontrei minha “heroína” minha professora aparentemente negra, pela sua cor, seu cabelo e seus traços, alguém inteligente, carinhosa e que demonstrava que todas as pessoas para ela eram iguais, não se via em sala diferenças, na verdade era o melhor lugar de se estar.

A partir dessa ideia de estudar, fui cada dia vendo que os sonhos poderiam se concretizar. E quais eram os meus grandes sonhos? Para uma criança do interior que estudava em um grupo escolar e que bom que se tinha esse grupo escolar, que acordava às três da manhã para carregar latas de água na cabeça já que era período de seca ou nesse mesmo horário sair para ir ao roçado para trabalhar, quando se tinha um pai que se só falava que o estudo era o cabo da enxada, então, realmente a escola era o lugar que me dava liberdade e que me impulsionava a avançar. “Grandes sonhos” como simplesmente conhecer a “cidade grande” e talvez entrar numa faculdade.

Poderia dizer que durante todo esse processo pelas necessidades e os obstáculos que surgiram em minha vida ter deixado de sonhar, muitos ficaram pelos caminhos e se foram para a eternidade pai, mãe, mas continuei viva e com um só objetivo, chegar lá. Sou brasileira, negra, mulher, que tenho outros sonhos e não posso parar.

Desta forma, desenvolvi este trabalho após refletir teoricamente a temática étnico-racial, impulsionada pela minha história de vida e trajetória universitária. Durante esta trajetória, tive a oportunidade de participar de um grupo de estudo o “AFRO EDUCAÇÃO”.

Neste grupo, desenvolvi práticas pedagógicas, ações que tinha por objetivo desconstruí o preconceito e a discriminação. Estas ações foram sendo elaboradas a partir da nossa participação na condição de voluntária e, posteriormente, no projeto de Pesquisa HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA: desafios pedagógicos estabelecidos pelas Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 no combate ao preconceito racial 3ª parte como voluntária no PROLICEN (2010); AÇÕES AFIRMATIVAS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA/UFPB: Educação Étnico Racial a partir das Leis Federais 10.339/2003 e 11.645/2008 na Formação de Professoras/es, como bolsista do PROLICEN (2011.1); HISTÓRIA AFRICANA, AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Uma análise da implementação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 no Litoral Norte Paraibano. (1ª e 2ª parte) (2011.2 – 2013.1), estando nesse último como bolsista do PIBIC.

Não é novidade a inserção das tecnologias no espaço escolar e como tal prática aprimora o interesse do educando e enriquece as aulas do educador. Não só nas escolas, mas nas indústrias, nas igrejas, nos passeios e entre outros setores o uso das tecnologias é, cada vez mais, empregado e naturalizado pela nossa sociedade. Tal explosão, conforme Rodrigues (2013, p. 2) “se dá em detrimento de um mundo globalizado em que o conhecimento atravessa fronteiras em cerca de segundos”.

Outra questão que ultrapassa os muros da escola são as questões étnico-raciais, que de acordo com Silva (2009, p. 29), “são entendidas como aquelas estabelecidas entre os distintos grupos sociais e entre indivíduos desses grupos, orientadas por conceitos e ideias sobre as diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial e étnico individual e coletivo”.

No tocante a aplicação das relações étnico-raciais nas disciplinas, temos, ganhos como a Lei 10.639/03, sancionada em 09 de janeiro de 2003 que altera a própria LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e em 2008 sendo ampliada através da Lei 11.645/2008. Esta, atualmente, estabelece em seu artigo 26, que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 1996, p. 24). Ganhos, como estes são imprescindíveis para que, de fato, nossos educadores possam pensar tais questões, de modo que é necessário “refletir em uma perspectiva não mais tradicional de práticas de ensino, a partir de contextos multiculturais, onde se encontram questões referentes às identidades étnicas.” (OLIVEIRA, 2012, p. 2).

Porém, o que vemos em nossas escolas, infelizmente, é o real desconhecimento destas legislações e a não preocupação por parte da equipe escolar em colocá-las em prática. Apesar de já termos avançado bastante, no que se refere à luta contra a discriminação e o preconceito, contra os negros, na educação brasileira; precisamos percorrer, ainda, um longo caminho para extinguir de vez tais atitudes do ambiente escolar.

Ainda nesse mesmo contexto de descriminação encontramos jovens, adultos e idosos excluídos de uma conjuntura social/político/econômico por suas condições de analfabetos ou analfabetos funcionais. Sabemos que nesse processo de inclusão, no modelo de produção capitalista, no qual o indivíduo precisa estar familiarizado com máquinas, tecnologias e com tudo o que acontece ao seu redor, encontra-se a Educação de Jovens e Adultos (EJA), como um meio de alfabetizá-los, “educá-los” e instruí-los dando-lhe uma educação de qualidade, permitindo seu desenvolvimento como um ser

social, conforme estabelece o Art. 205 da Constituição Brasileira de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No entanto, de acordo com Oliveira (2009), o governo dá prioridade às crianças e aos adolescentes, deixando os demais sujeitos (jovens, adultos e idosos) em segundo plano.

Refletindo na importância de se pensar as questões étnico-raciais na EJA com base na Lei 11.645/2008 e de como inserir as tão faladas tecnologias a este serviço, nos questionamentos: Quais as práticas educativas de tecnologias digitais que podem impactar no ensino da história e cultura afro brasileira e indígena na Educação de Jovens e Adultos? Quais as contribuições das TIC's para o ensino étnico-racial na Educação de Jovens e Adultos? Quais as ações governamentais existentes em favor do reconhecimento e acesso às tecnologias na EJA.

Diante dessa problemática temos como objetivo geral analisar as práticas educativas de tecnologias digitais que possam impactar no ensino da história e cultura africana, afro brasileira e indígena na Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Afonso Pereira da Silva

Como objetivo específico identificar o preconceito e a discriminação sobre a questão étnico-racial na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Afonso Pereira da Silva, verificar se há ações do Governos existentes em favor do reconhecimento e acesso as tecnologias na EJA, compreender quais as contribuições das TIC'S para o ensino étnico-racial na educação de jovens e adultos.

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Em concordância com a pesquisa qualitativa Richardson (2008, p.90), considera que:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

A) Pesquisa qualitativa: Histórica, bibliográfica, webgráfica e pesquisa participante;

B) Sujeitos: Professores/as e estudantes da turma da EJA na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Afonso Pereira da Silva;

C) Procedimentos Técnicos: a pesquisa será desenvolvida em três etapas:

1. Coletas de dados: Questionários; Análise de blogs e site referentes a temática;

2. Intervenção: 1 oficina tendo como foco as questões africanas e indígenas através da utilização das tecnologias digitais;
3. Análises dos dados: análise temática.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AFRO BRASILEIRA, INDÍGENA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1 Breve Histórico da Educação Indígena

A história do povo brasileiro é feita por várias etnias, ou povos, entre eles encontram-se tanto os/as indígenas quantos para os/as negros/as (africanos e afros descendentes).

A história indígena brasileira é mais antiga que o “descobrimento do Brasil”, na realidade os mesmos foram o descobridores e os donos desse país por muito tempo, no entanto sua história por muito e muito tempo tem sido. Contudo, sua história é real, eram um povo de traduções culturais diversas e sua educação era real, tinham sua própria metodologia e técnica, ancorada na oralidade, constituía-se de uma circularidade entre o tradicional e o inovador, isso porque os próprios pais e os mais velhos eram responsáveis por essa educação, através de um aprendizado prático. Os mais velhos contavam histórias que traduziam-se em respeito mútuo para cada geração, gênero e divisão social do trabalho, em sua dada coletividade na comunidade. (RIBEIRO, 1995).

Com a chegada dos portugueses e dos Jesuítas ao Brasil, nota-se que a história e a educação indígena teve uma trágica mudança, foram criadas metodológicas no intuito de promover um processo de aculturação indígena e sua conversão ao cristianismo. A educação baseada em suas crenças, cultura, história passara a ser plano secundário e não um plano real para o crescimento e emancipação desse povo:

Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas. (FREIRE *apud* SECAD, 2007).

No entanto, em 1798 foi revogada uma lei denominada Diretório dos Índios os povos indígenas passaram 47 anos sem uma escolarização até a liberação e a reintrodução dos missionários no Brasil embasado pelo Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, com a meta de catequizar e torna os índios civilizados, (SECAD, 2010, p 12).

Poucos governantes brasileiros foram capazes de se preocupar com a história e a educação escolar indígenas no Brasil, mas esses poucos foram capazes de criar órgãos que se preocupassem tanto com a história indígena quanto com sua educação com intuito de integrá-lo a sociedade. Foi através dessas lutas, que em 1988, a Constituição Federal passou a consolidar os avanços junto ao Estado pelo movimento indígena, e cada vez mais crescendo através de outros Decretos Presidenciais.

Segundo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), criada em julho de 2004, os povos indígenas com o sistema de educação escolar indígena tem buscado autonomia e garantia de uma formação acadêmica com dignidade. Destaca-se também a Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, Lei n 10.172 de 2001, o parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena regularizada pela Resolução n 03 /CNE/99.

Na atualidade, os povos indígenas crescem em mobilização e assume o desafio de construir espaço de escolarização cada vez maior, não mais pela sua civilização, ou por que deve ser igual a sociedade, mas para resgatar seus valores e continuar sendo índio, tendo assim uma grande vitória com a implementação da Lei Federal 11.645/2008, que inclui obrigatoriamente a história e a cultura indígena no currículo escolar da rede de ensino do nosso país.

Vale ressaltar que durante todos esses 500 anos de história os povos indígenas não se acomodaram, mesmo porque durante toda a sua história não deixaram de educar-se e educar suas gerações, com seus costumes, crenças e cultura e formação profissional, como músicos, artesão e entre outros. Eles lutaram e vem lutando por seus direitos como brasileiros e suas lutas tem efeito tanto na questão histórica quanto na educação escolar.

2.2 Breve Histórico dos Afro Brasileiros No Brasil

Na trajetória histórica do Brasil os/as africanos/as foram contribuintes desde forças de trabalho para o engrandecimento e enriquecimento do país como também para o povoamento e a cultura, no entanto, essa história e identidade educacional têm sido marcadas por um contexto de exclusão e preconceitos, discriminação, para com essas populações.

A partir da “inclusão” das crianças negras na escola, houve também o fortalecimento desse racismo, onde até nos dias atuais as crianças afro descendentes sofrem na “pele” essa discriminação, tendo como “acusadores” tantos os colegas em sala

de aula a seus próprios professores com “brincadeiras” pejorativas levando-as a desmotivação e baixa autoestima, e como decorrência maiores índices de evasão escolar.

Nesse sentido, a sala de aula e a escola como um todo tem se caracterizado como um espaço de conflito no qual as crianças e adolescentes negras e negros, sentem dificuldade de consolidar, positivamente, sua identidade e sua auto-estima. Isto dá-se principalmente, pela costumeira vinculação do negro com situações ou coisas pejorativas, através de apelidos e comparações grosseiras e desagradáveis. (SOUSA, 2005, p. 112).

O movimento negro iniciou-se para se combater esse preconceito existente desde a chegada dos africanos no Brasil, porém, por muito tempo foi uma luta solitária, contrária ao empoderamento e hegemonia burguesa. Os ativistas negros na década de 30 junto a movimentos sociais e intelectuais começaram a lutar por uma educação de qualidade, por igualdade e por ações afirmativas, por entenderem que foram prejudicados durante toda essa trajetória de direitos desiguais, uma vez que os mesmos mereciam de oportunidades diferenciadas, pelo argumento da reparação histórica, para atingirem a sua plena condição de cidadãos brasileiros.

Os ativistas do movimento social negro já tinham como pauta de debate as ações afirmativas e as políticas públicas sociais. No período que precedeu a Ditadura Militar, os movimentos sociais e os movimentos negros continuaram a luta já existente por uma política educacional de igualdade e formas mais justas de vida do negros/as. Como mais uma consequência dessa luta no ano de 2003 foi implementada Lei Federal nº. 10.639/2003, tornando obrigatório o ensino da Cultura Afro-brasileira nas escolas, como também o dia 20 de novembro como uma forma de restituição por uma história de desvalorização e preconceito, porém, na atualidade ainda é visível mesmo que de forma mascara o racismo no Brasil. (MUNANGA, 2008).

2.3 A Lei Federal 11.645/2008

Compreendemos que há diversidade no povo brasileiro, entre eles encontram-se os/as negros/as (africanos e afros descendentes) e indígenas e nesse andamento de construção do nosso país não podemos em primeira instância falar da Lei sem que primeiro falemos um pouco dos protagonistas, e da centralidade que a fez ser sancionada. Os negros foram trazidos de várias partes da África, com sua maior abrangência na costa ocidental, sendo esses já torturados psicologicamente, quando os mesmos eram separados de sua própria língua e povo, e depositado dentro de navios em direção ao Brasil, de

acordo com Ribeiro 1995 “Os negros do Brasil, trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não inteligíveis uns aos outros”.

Já marginalizados, discriminados, considerados sem almas, negado por muito tempo seus direito de escolarização, de se relacionar socialmente, continuavam mesmo que com pouquíssima comunicação com os demais e ao contrário do que se esperava, esse povo não se permitiu mesmo com muito sacrifício negar suas origens.

[...] por estarem rigidamente prescrito pela estrutura da colônia como sociedade estratificada, a que se incorporava na condição de escravo -, sobreviveria no plano ideológico, por que ela era mais recôndito e próprio, nas crenças religiosas e nas práticas mágicas, a que o negro se apegava no esforço ingente por consolidar-se do seu destino e para controlar as ameaças do mundo azaroso em que submergira. Junto com esses valores espirituais, os negros retêm, no mais recôndito de si, tanto reminiscências rítmicas e musicais, com saberes e gostos culinários. (RIBEIRO, 1995, p. 117).

Mas, quem foram esses povos trazidos do continente africano e que marcaram a história brasileira através de seu trabalho e sua cultura? É conhecido que em maior parte o povo brasileiro não conhece suas origens, sua história, e suas origens africanas e indígenas, sendo esse vivenciado dentro da sala de aula apenas de forma alienada, visualizando o africano como um ser não inteligente, que só serve para o trabalho braçal, sujo, mal e etc.

A Lei 10.639/2003 é fruto de lutas e reivindicações dos povos africanos escravizados no Brasil, afros descendentes brasileiros e dos movimentos sociais negros que ao longo desse processo histórico social e educacional vem protagonizando uma nova conjuntura ideológica, e jurídica e educacional.

Portanto ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, e produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimento sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. (SANTOS, 2005, p 23).

A Lei sancionada em 09 de janeiro de 2003 pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva e acrescida no Artigo 1º da Lei 9394/2006 da LDB passando a ser obrigatório no currículo escolar da educação básica o conhecimento e o ensinamento da história e da cultura africana e afro brasileira e sua importância para a formação da sociedade brasileira.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Após a sanção da mesma, a comunidade acadêmica através de seus estudiosos a exemplo de Munanga, Gomes, Sousa e entre outros/as se apropria desse momento marcante e conquistador da população negra, passa-se então a uma produção relevante que aborda esse conteúdo temático que traz uma conscientização para essa nova realidade, é perceptível que o governo brasileiro quer uma mudança. Órgãos e secretarias foram criadas a exemplo da SEPIR, o lançamento do estatuto da igualdade Racial e entre outros.

Estados e prefeituras em sua maioria acrescentaram em suas diretrizes curriculares a inclusão de conteúdos que visualizem a história e acultura afro brasileira sendo assim abrangente a todos os componentes curriculares tendo como base a lei 10.639/2003 e 002/2007 de CME.

Porém, em 2008, essa lei 10.639/2003 é ampliada através da Lei 11.645/2008, acrescentando a esta obrigatoriedade a história e cultura indígena brasileira. Essa Lei tem seu acréscimo com objetivos de valorizar os indígenas como povo brasileiro, o respeito a sua pluralidade de costumes, cultura, sua história, o combate à discriminação, ao preconceito étnico-racial, a qual sabemos que é notório e real, e que também é um processo de luta de cerca de 500 anos. Em 2001 na conferência de Durban, África do Sul realizada entre 31 de agosto a 8 de setembro, já adotava meios de combate a esse preconceito étnico-racial a exemplo da Declaração e Programa de Ação que diz:

43. Enfatizamos que, para que os povos indígenas livremente expressem sua própria identidade e exercício de seus direitos, não devem ser objeto de nenhuma forma de discriminação, o que necessariamente implicam no respeito aos seus direitos humanos e liberdades fundamentais. Atualmente estão sendo enviados esforços para assegurar o reconhecimento universal destes direitos nas negociações no projeto de declaração sobre os direitos dos povos indígenas, incluindo o que se segue: chama-los pelo seu próprio nome; participarem livremente e em igual condições no desenvolvimento político,

econômico, social e cultural de seu país; manterem suas próprias formas de organização, estilos de vida, culturas e tradições; manterem e usarem suas próprias línguas; manterem e usarem suas próprias estruturas econômicas nas áreas onde vivem; participarem no desenvolvimento de seus sistemas e programas educacionais; administrarem suas terras e os recursos naturais, incluindo os direitos da caça e da pesca; e terem acesso à justiça em condições de igualdade. (BRASIL, 2001, p. 14-15. Durban, África do Sul)

Com isso confirma que a luta indígena não é algo novo nem sem importância. Em 2009 após um ano e dois meses da sanção da Lei 11.645/2008, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva sanciona o DECRETO Nº 6.861, DE 27 DE MAIO DE 2009. Onde dar continuidade a valorização e o respeito dos índios no Brasil:

Art. 1º A educação escolar indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades.

Art. 2º São objetivos da educação escolar indígena:

I - valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;

II - fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;

III - formulação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas;

IV - desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

V - elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado; e

VI - afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena

(BRASIL, DECRETO Nº 6.861, DE 27 DE MAIO DE 2009).

Nesse contexto, ainda se tem pouco conteúdo escrito na questão dos índios brasileiro sobre sua cultura e história nos livros didático e que sirva como ferramenta inclusiva e satisfatória e como parâmetro de valorização dessa cultura e história.

Apesar do termo obrigatoriedade ainda há um déficit relevante dentro das salas de aula, também ainda existe no Brasil educadores que ou não conhece a história e a cultura africana e afro brasileira e indígena ou ainda tem resquícios de preconceitos ou não ver nesses temas uma profunda importância para o resgate histórico do país com o pensamento que não há diferença entre branco e negro como afirma Sousa (2005, p. 112) *“As educadoras e educadores, muitas vezes, no afã de ajudar na solução dos conflitos raciais que precisam na sala de aula, caem também nas armadilhas de seu próprio discurso”*, ainda de acordo com Sousa (2005) mesmo com a involuntariedade da educadoras de achar que o branco e o negro é tudo igual a sua fala *“apresenta-se recheada de preconceitos e estereótipos”*.

A lei permite que o povo brasileiro tenha a oportunidade tanto de reconhecer sua história, como de refazê-la de forma digna e sem preconceitos, mesmo porque o seu

objetivo é combater o preconceito racial, trazer a conscientização da historicidade do negro e índios como povo brasileiro, fazer visível a importância e dignidade dos afros brasileiros e indígenas, fazendo assim uma reparação histórica.

2.4 Breve histórico da educação de Jovens e Adultos e as Diretrizes das Relações Etnicorraciais

É conhecido que a educação teve seu início institucionalmente ainda no período colonial com a chegada dos Jesuítas ao Brasil, tendo como objetivo a catequização dos indígenas promovendo sua conversão e consequentemente uma aculturação desse povo. Nesse processo o ensinamento da leitura e da escrita tornou-se uma das ferramentas importante para chegarem aos objetivos, com a experiência desse procedimento surgiu então abertura de colégios, porém, com um foco diferenciado, os “filhos da burguesia”. (Paiva, 1983). Sendo as minorias excluídas. A partir de 1882 após o país se tornar independente há uma impulsionalidade da educação no Brasil. De acordo com Paiva 1983:

A independência do Brasil, em 1822, trouxe necessariamente, um novo impulso as atividades educativas. Era agora necessário estabelecer um sistema de ensino elementar e médio para os brasileiros, integrá-los a vida da não nação e do Império. Por outro lado a instituição do Estado brasileiro abria espaço na burguesia pública que precisavam ser preenchidos por pessoas dotada da devida competência (PAIVA, 1983).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem uma história processual, desde o ensino radiofônico até sua chegada ao ambiente escolar, e ao longo da historicidade escolar a educação de jovens e adultos não se constituiu de forma privilegiada no contexto social brasileiro, principalmente nas “primeiras décadas do século XIX” (PAIVA, 1983). E as consequências dessa educação para os jovens e os adultos perdura até os dias atuais. Com base na defasagem da alfabetização do público em questão educadores passaram a lutar por uma educação de qualidade não só como um arrimo para que a alfabetização de cada educando da EJA começasse não só ver o mundo de forma diferente, mas que interagisse com ele.

Como mencionada no Documento Nacional Preparatório à VI CONFITEA:

Tratar a EJA, como direito significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isto, significa, criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos. [...] Entre nós, brasileiros, só em 1988 o direitos à educação para todos voltou à Constituição Federal, devendo-se abandonar, portanto, qualquer lógica de oferta de

atendimento como “oportunidade” e “chance” outorgada à população. Como direito a EJA é inquestionável é por isso, tem de estar disponível para todos, em cumprimento ao dever do Estado, como modalidade no âmbito da educação básica preceituada na legislação nacional, bem como na perspectiva da educação ao longo da vida. (BRASIL, 2013, p. 28).

Sabemos que todos esses procedimentos tiveram sua peculiaridade, no entanto, foi através da visão freireana que a EJA passou a ter um olhar diferenciado, trazendo uma visão que a educação popular não tinha essa visão que a educação deveria ser por toda vidas e para toda vida. Com uma ludicidade, dentro da realidade do discente, e para o discente.

Nesse contexto da EJA Paulo Freire se tornou uma verdadeira referência como educador e para os educadores, sendo um dos precursores Paulo Freire teve a ousadia de possibilitar dentro de um sistema tradicional uma educação popular com uma visão de uma educação feita para o povo e com o povo, resultando numa visão de mundo onde o próprio estudante passa a se questionar e se tornar um ser liberto e influenciador na sua sociedade, ele sempre mostrou a importância de conhecer a realidade dos educandos, para assim elaborar conhecimentos que serão favoráveis para aquela realidade.

Em meados da década de 40 a Educação de Jovens e Adultos tinha uma iniciação de cunho governamental se constituindo até como tema de política educacional, e tudo isso por causa do número elevado e analfabetismo entre os jovens e os adultos. Também com a criação da UNESCO em 1945 houve também uma solicitação de um olhar mais focado para que a população adulta fosse educada (alfabetizada) por parte dos países que integrava a mesma. Depois da I Conferência Internacional de Educação, em 1949, a Educação de Adultos passou a ser idealizada como uma espécie de Educação Moral, buscando cooperar com os Direitos Humanos na restauração do respeito do cidadão, ao qual foi devastado pelas consequências da Guerra.

Dando continuidade sua historicidade, em 1964 todo o trabalho que vinha sendo realizado foi teve uma quebra por causa do golpe militar no Brasil, em 1967 a Constituição deu continuidade dando com essa educação sendo direito de todos e permitindo que houvesse uma obrigatoriedade escolar até os quatorzes anos.

Em 1970 houve um continuísmo do Mobral, porém de forma mais intensa, em 1972 com a III Conferência Internacional de Adultos veio à compreensão sobre a importância da educação desse público no ensino fundamental como aporte necessário para a reintegração dos jovens e adultos para a educação formal.

Em meados de 90 buscou-se estabelecer uma nova política que utilizasse um método que compusesse e uma criatividade e que se tornasse adequada a esses discentes em questão, porém nesse mesmo período por causa de uma economia reduzida, mas segundo Di Pierro (2005) o Brasil cedeu lugar para o ensino fundamental voltado para as crianças e adolescentes segundo, deixando a EJA descoberta:

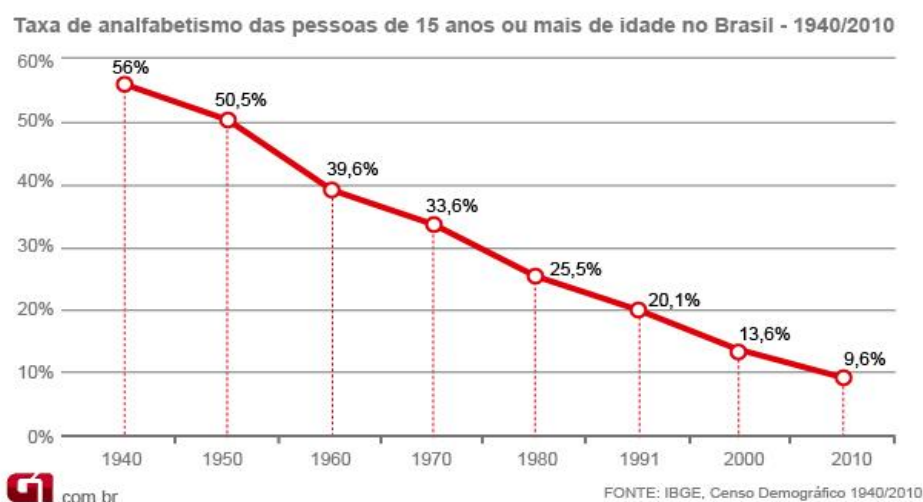
A educação de jovens e adultos ocupou um lugar marginal na reforma da educação brasileira empreendida na segunda metade da década de noventa, pois os condicionamentos do ajuste econômico levaram o governo a adotar uma estratégia de focalização de recursos em favor da educação fundamental de crianças e adolescentes. (DI PIERRO, p. 24. 2005).

Na atualidade, ainda é notório a dificuldade que enfrenta essa modalidade da educação, a contrapartida entre a teoria e a prática, como também a predominância de uma visão arcaica que ainda se vê a essa educação como compensatória.

É verdade que a *Declaração de Hamburgo* influenciou o Parecer do relator das Diretrizes Curriculares Nacionais, mas a concepção ainda predominante entre educadores e gestores da educação brasileiros continua a ser a visão compensatória que atribui à educação de jovens e adultos a mera função de reposição de escolaridade não realizada na infância ou adolescência. Essa concepção está por trás da constituição do ensino supletivo, que continua a ser a referência comum para pensar a educação de jovens e adultos no Brasil. (DI PIERRO, p. 20. 2005).

O Documento Referência da CONAE 2014 em seus eixos em especial o eixo dois com base no PNE e no SNE através das proposições e estratégias deixa clara a importância da asseguraridade do ensino de Jovens, Adultos e idosos no Brasil, a questão política educacional e a valorização do ser humano como um ser social.

Temos também como ponto de partida esse diagnóstico abaixo, realizado pelo IBGE compreendido de 1940 a 2010, mostrando de forma clara o percentual de como tem caminhado o ensino da EJA com pessoas a partir de 15 anos no nosso país:



“Conforme o IBGE, no ano 2000, 12,8% da população com mais de 10 anos era analfabeta. Em 2010, o percentual caiu para 9%, uma redução de 29%”. (G1.COM.BR).

De acordo com essa pesquisa pudemos perceber que a educação de jovens e adultos, anda de forma lenta, já que a indicação do IBGE menciona que cai menos o número de analfabetismo para pessoas com mais de 15 anos comparado com as pessoas entre 10 a 14 anos, no entanto, vale salienta que a população com a faixa etária maior de 15 anos tem um número mais elevado no nosso país.

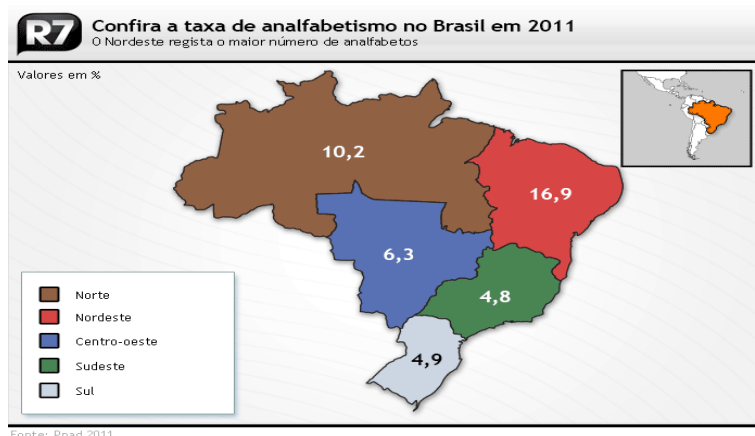
Segundo o site Educação UOL:

A pesquisa Pnad 2011 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) aponta para a queda de 1% na taxa de analfabetismo das pessoas com dez anos ou mais de idade em relação ao índice de 2009. O número agora é de 7,9% dessa população. O Nordeste é a região com os piores resultados em todas as faixas etárias. Ali, 15,3% da população com mais de 10 anos não sabe ler nem escrever. Se considerados apenas aqueles com mais de 25 anos, o índice chega a 21,3%. Na região Norte, o analfabetismo entre os maiores de 10 anos é de 9,2%. (Site: Educação uol.com.br)

Conforme notícia vinculada tanto no site do R7.com como no site da revista EXAME existe ainda no Brasil tendo como base os dados do IBGE e do PNAD, ainda existe no nosso país cerca de 12 milhões de pessoas na categoria de analfabetismo absoluto, e mais de 30 milhões como analfabeto funcional, e segundo o site do Brasil escola esse número sobe para 16 milhões de analfabeto com base no censo de 2010, percebemos que esse dado ainda nos permite ter imaginar e indagar sobre a visão do Brasil:

Segundo pesquisas do Ministério da Educação, no Brasil são 16 milhões de analfabetos, pessoas que não conseguem sequer escrever um bilhete. Já os que não chegaram a concluir a 4ª série do ensino fundamental I, somam 33 milhões, concentrados em 50% no norte e nordeste do país. (SITE: EDUCAÇÃO BRASIL ESCOLA)

Segundo o site R7.com e site da Revista EXAME com base nos dados do IBGE o analfabetismo no Brasil está distribuído da seguinte maneira:



Tomando como base esse quadro que evidencia o analfabetismo no Brasil tendo como fonte o PNAD 2011, o Nordeste tem o maior índice de analfabetismo seguido da região Norte, comparando entre o Nordeste o Sul tem-se a conotação clara que o declínio nordestino é três vezes maior que o Sul. Enfim,

3 AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA INCLUSÃO DE AFROBRASILEIROS E DE INDÍGENAS

3.1 Tecnologias Digitais

No Brasil, o acesso a esse mundo tecnológico/digital tem sido cada vez mais concreto, e sua imersão tem sido histórica. TV's de última geração que permite ao mesmo tempo em que assiste o seu filme está conectado à internet, tablet, celular cada vez mais tecnológico, além de muitos outros aparelhos eletrônicos. Essa já é uma realidade no nosso país, casas no meio do mato, interior, aonde não chega água encanada, onde nem tem água, mas se tem uma TV, DVD player, antena parabólica, celular, talvez não tenham nem sinal das operadoras, mas, são utilizados como relógios, câmera fotográfica e entre outros.

A palavra tecnologia procede de um ligamento do termo tecno, do grego techné, que tem como seu significado saber fazer e logia, do grego logus que significa razão. Portanto, tecnologia se constitui conceitualmente como a razão do saber fazer. Rodrigues (2001) e Veraszto (2004).

Nesses contexto as tecnologias digitais tem sido sinônimo de revolução tecnológica ao longo desse processo histórico contemporâneo e globalizado, sua

participação tem sido cada vez mais notória e real dentro da historicidade humana da atualidade, seja ela coletiva ou individual, tornando-se inclusive crescente e geradora de novas dinâmicas tanto de inclusão como de exclusão social, gerando mudanças consideráveis desde o mundo econômico ao social, conforme apresenta Castells:

No fim do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica têm transformado o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável. (CASTELLS, v.1, 2001, p. 21).

Ainda neste esteio, e ressaltando as implicações das tecnologias para a educação e para formação, de acordo com o documento- referência da CONAE 2014:

Desde os anos 1980, observam-se transformações significativas do ponto de vista econômico-produtivo, sobretudo em razão das mudanças e inovações tecnológicas e dos novos modos de ação dos estados e dos organismos multilaterais nas economias cada vez mais globalizadas. Nesse contexto, foram se ampliando as demandas por formação de trabalhadores, considerando os novos perfis profissionais e a necessidade do desenvolvimento de novas habilidades, o que trouxe implicações para as instituições formativas acadêmicas e profissionais. Além disso, as políticas de educação, trabalho, ciência e tecnologia, passaram a considerar tais mudanças na definição de seus respectivos programas, planos e ações (BRASIL, 2011, p. 40).

Por outro lado, as distâncias culturais e sociais tendem cada vez mais aumentar, porém a escola, enquanto instituição social, cuja missão é a formação para a cidadania, como fator de inclusão social, não está isenta desta dinâmica. O seu objetivo é participar dela ativamente. Tal concepção encontra-se plasmada nos PCNs.

No processo de incorporação das tecnologias na escola, aprende-se a lidar com a diversidade, a abrangência e a rapidez de acesso às informações, bem como com novas possibilidades de comunicação e interação, o que propicia novas formas de aprender, ensinar e produzir conhecimento, que se sabe incompleto, provisório e complexo. (BRASIL, 2005, p. 61.)

As novas tecnologias, também tem nos dado a oportunidade de presenciar através de notícias, sobre a violência mundial e no nosso país, a pobreza, a miséria, a escravidão do trabalho, a escravidão cultural, o preconceito dentro e fora da sala de aula e a desigualdade social. Desta forma, as TICs, enquanto um processo tecnológico, cultural e social, vão se incorporando à agenda pública, no sentido de favorecer a sua implantação e, disseminação, assim como a formação para o seu uso, o que exige uma ação concreta

do Estado por meio de políticas públicas e, conseqüentemente, às políticas públicas e educacionais, que tem o papel de promover uma educação de igualdade e de permanência do indivíduo na escola, como também sua liberdade tanto no aprendizado como no ensinar, buscando um padrão de qualidade educacional, e principalmente conectando o sujeito da educação escolar, ao trabalho e às práticas sociais, conforme estabelecido no Art. 3º, das Leis de Diretrizes e Bases 9.394/2006, e permitindo se ter uma educação inclusiva e para todos.

As novas tecnologias, além de promover um estreitamento de complexidade, por meio de um currículo dinâmico, com estratégias pedagógicas diversificadas, modernas e interativas, como, os portfólios educacionais/digitais, webquest, TV, vídeo, computador, tablete, entre outros recursos metodológicos, tem permitido aos governos federal, estaduais e municipais ferramentas para inclusão educacional/social através da educação tecnológica a exemplo do programa PROINFO, UNIVESP TV, PROGRAMA PLENARINHO, e desenvolvimento de ambientes virtuais como a UAB. Segundo Leví (1999, p. 75), “ao interagir com o mundo virtual, os usuários o exploram e o atualizam simultaneamente. Quando as interações podem enriquecer ou modificar o modelo, o mundo virtual torna-se um vetor de inteligência e criação coletivas”.

A educação tecnológica, dessa forma, aparece como um potente meio de democratização da educação, em especial a dos pobres. DOURADO (2011), após análise realizada no PNE/2001 e nas propostas da CONAE, defende a sua inclusão no PNE/2011:

Uma delas voltada para que se assegure a consolidação de programas de permanência estudantil na educação tecnológica, de modo a promover a democratização efetiva de acesso e da permanência a todos os estudantes, sobre tudo os pobres, negros, indígenas, quilombolas, povos do campo e pessoas com necessidades especiais, assegurando condições de alimentação, transporte, saúde, moradia e disponibilidade de material de estudo a todos aqueles que delas necessitem. (DOURADO, 2011, p.213).

Nesta perspectiva acreditamos que a escola deve integrar as tecnologias da informação e comunicação pois elas já estão presentes e influenciando todas as esfera da vida social.

Diante de todo esse contexto, entra o docente como mediador, capaz de ser um agente de diálogo entre o contexto social com essas novas tecnologias e o educando, promovendo a inclusão social. Sobre isto, afirma Pimenta:

A discussão se acentua no presente com a terceira revolução industrial, onde os meios de comunicação. Com sua velocidade de veicular a informação, deixa mais explícita a inoperância da escola. E dos professores. [...] então parece-nos que a escola (e os professores) tem um grande trabalho a realizar com as crianças e os jovens, que é o proceder à mediação entre a sociedade da informação e os alunos, no sentido de possibilitar-lhes pelo desenvolvimento da reflexão adquirirem a sabedoria necessária à permanente construção do humano. (PIMENTA, 2005, p. 22).

Não é novidade a inserção das tecnologias no espaço escolar e como tal prática aprimora o interesse do educando e enriquece as aulas do educador. Não só nas escolas, mas nas indústrias, nas igrejas, nos passeios e entre outros setores o uso das tecnologias é, cada vez mais, empregado e naturalizado pela nossa sociedade. Tal explosão, conforme Rodrigues (2013, p. 2) “se dá em detrimento de um mundo globalizado em que o conhecimento atravessa fronteiras em cerca de segundos”.

3.2 Os Negros e Índios nas Redes Sociais

O mundo virtual na atualidade tem se tornado um dos meios mais dinâmico e veloz de comunicação, informação, interação, causando um feedback com rapidez e desenvolvendo uma práxis, onde o próprio autor social poderá ser um ator de mudanças trazendo um empoderamento para um contexto, uma classe uma, raça, uma etnia. Conforme Oliveira (2011, p.703).

O acesso ao mundo digital pode ser sentido, através de uma profunda velocidade de fatos e informações, que necessitam ser trabalhadas através de linguagens próprias, como *sites* especializados e blogs. Sem falar das comunidades virtuais/ redes sociais, como *orkuts*, *facebooks* twitter e tantos outros, que podem servir para interações de relacionamentos, ou mesmo, para divulgar atividades relacionadas ao conhecimento e a cultura.

E também como afirma Takahashi:

Gigantescos acervos de informação sobre os mais variados temas – designados pelo nome genérico de **conteúdos** – circulam hoje, em escala planetária e de forma acelerada, por meio da Internet e das novas mídias eletrônicas. Esse repertório permite o compartilhamento de conhecimentos, informações e dados, bem como enseja o desenvolvimento humano. Em um contexto globalizado, o volume de informações disponíveis nas redes passa a ser um indicador da

capacidade de influenciar e de posicionar as populações no futuro da sociedade. Assim, a preservação da identidade nacional, na sociedade global, é decisiva para a capacitação em assuntos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, com suas claras dimensões econômicas. (2000, p.8)



Fonte: Orkut pessoal, 2013.

O que antes estava sendo usado por esses grupos como um meio “seguro” e privado como já foi mencionado antes, para não se expor as discriminações da sociedade racista e ao mesmo tempo já como uma pseudo conotação de “inclusão” passa a se adequar a outros termos, como por exemplo, de socialização de informações. Além disso, busca-se eliminar as distorções e também associar as redes como veículo de luta, como é o caso das duas imagens abaixo retratando o *site* A Cor da Cultura, do blog Afro Educação, a Rede Culturas Indígenas, e do Programa de índio. A utilização do *twitter* e do *facebook*, além de muitas outras de redes sociais vem possibilitando o chamado empoderamento.



Fonte: Blog Afroeducação/Site A Cor da Cultura/Portal Rede Culturas Indígenas/Site Programa de Índio, 2013.

Essa visão de futuro e de empoderamento é percebida tanto por negro e indígena como movimentos sociais e acadêmicos uma forma marcante de demonstrar o seu valor, sua cultura, sua história, esses meios de comunicação virtual tem como objetivo divulgar, conscientizar, valorizar a etnia, a raça, a história e cultura.

3.3 Caminhos para um ensino étnico-racial na educação de jovens e adultos através das tecnologias digitais

A importância da instituição escolar como um espaço que não se separa da sociedade, antes está dentro desta, recebendo a todo tempo os problemas, anseios e aspirações almejados pelos indivíduos que a frequentam, de acordo com Pinto (2010, p. 29) “O compromisso da escola é, sobretudo, o de assegurar a seus estudantes os instrumentos necessários para a participação ativa e cidadã no contexto em que estão inseridos”.

Inserida na escola encontra-se a EJA que visa oportunizar aos alunos jovens e adultos a aprendizagem escolar, já que como ressalta Oliveira (2009), o ensinar e o aprender fazem parte de um processo contínuo.

Quando refletimos sobre o contexto perpassado pela EJA, no Brasil, percebemos que muitos benefícios já foram estabelecidos. No entanto, sabemos que, muito se tem a fazer para que a EJA ganhe a qualidade tão almejada. Pensando em ares burocráticos,

precisamos fortalecer as políticas públicas já estabelecidas e fazer valer as metas constituídas, na Declaração de Hamburgo (1997), por exemplo.

No sentido mais restrito, precisamos nos empenhar, enquanto educadores desta modalidade, na tentativa de garantir a qualidade na educação destes jovens, adultos e idosos. Infelizmente, o Brasil é um país que conta vantagens em uma educação pautada em números (GARCIA, 2011). Tal fato nos obriga a refletir, já que a realidade vivenciada nas escolas brasileiras, e, especificamente na modalidade de jovens e adultos, são salas de aulas precárias, falta de recursos e um professor desmotivado, pelo baixo salário e todas as outras características da precarização do trabalho docente.

Apesar do quadro retratado é necessário encarar o desafio da EJA, pensando em implantar os sujeitos excluídos deste processo, e oferecer as condições necessárias, inserindo-lhes dentro dos aspectos: político, econômico e cultural de seus contextos. Concordamos com Ireland *et al* (2005, p. 100), quando dizem que, “vencer a barreira da exclusão já está garantido na lei, mas não no cotidiano concreto. Mas a EJA exige mais do que uma inclusão tutelada. Exige uma inclusão que tome por base o reconhecimento dos jovens e adultos como sujeitos”.

Nesse sentido, uma das formas de incluir o sujeito da EJA no mundo globalizado em que vivemos é fazer uso das tecnologias como recurso didático. Aqui iremos focar o uso destas tecnologias, priorizando o ensino da cultura afro-brasileira e seus conteúdos. Para isso, alguns termos e conceitos, como etnia e raça precisam ser esclarecidos. Na visão de Oliveira (2013, p. 3), “etnia deriva do grego *ethnos*, cujo significado é povo”. A etnia representa a consciência de um grupo de pessoas que se diferencia dos outros. Esta diferenciação ocorre em função de aspectos culturais, históricos, linguísticos, raciais, artísticos e religiosos.

Tal termo ganha força, segundo o autor, frente o fato do emprego da palavra raça trazer embutido uma conotação de inferiorização e hierarquização do ser humano. Esta última é entendida por Cashmore (2000 *apud* GOMES, 2005, p.50), “como um grupo étnico não um mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mais uma agregação consciente de pessoas unidas ou aproximadamente relacionadas por experiências compartilhadas”.

A junção destes dois adjetivos é utilizada pelos estudiosos para dar ênfase e sentido mais amplo nas discussões referentes à temática. Tais questões étnico-raciais devem ser trabalhadas na escola, na tentativa de não enaltecer uma determinada etnia e/ou raça em detrimento de outra.

Neste sentido, é indispensável tratar essa discussão, em sala de aula, de maneira a assumir uma postura que problematize as discriminações, intervindo e fazendo os alunos refletirem sobre atitudes de preconceito, vivenciadas dentro e fora da escola. Assim, também, no que concerne aos educadores, formular aulas que contemplem a diversidade cultural, em particular as questões de raça e etnia. Tal conteúdo se faz imprescindível, não só para as crianças por estarem em processo de formação, mas, também, na turma de EJA a fim de desmistificar questões errôneas sobre as populações negra e indígena.

Uma das maneiras de trabalhar a questão étnico-racial na escola é através das novas tecnologias que caminham a todo vapor e que necessitam ser recuperadas e utilizadas como instrumentos didático-metodológicos, principalmente nas salas de EJA, em que os alunos precisam de motivação, já que, geralmente, apresentam perfis com carga horária de trabalho elevada, acarretando em um aumento na evasão escolar. Desta forma CURTO (2009, p. 2) descreve que “a utilização do computador em sala de aula configura-se como um recurso valioso para o tratamento da diversidade constitutiva da realidade em que vivemos e para o trabalho com vários letramentos de forma crítica e ativa”.

No entanto, é preciso ter cuidado com a má utilização das TIC's na sala de aula, já que em alguns casos são empregadas como meios de suprir imprevistos do cotidiano escolar (SEVIGNANI, 2009). É extremamente importante pararmos para refletir tal aspecto e passarmos a usá-las, retirando delas, toda carga de conhecimento, ideias, veracidade e praticidade, que estas podem nos oferecer. Para isso é preciso planejar as aulas pensando em práticas escolares que usam as tecnologias a serviço da informação. Como ressalta Silva, (2009, p. 4).

a inserção das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem de Jovens e Adultos, associada a um planejamento bem elaborado apresenta resultados satisfatórios, significativos e contextualizados na construção do conhecimento, proporcionando ao aluno o desenvolvimento de habilidades e competências.

Tal inserção das TIC'S no processo educativo inclusão da cultura afro brasileira e indígena na EJA implica em uma discussão de melhoria e qualidade ao ensino, pois esta é, de fato, um meio, no qual se pode adquirir o maior nível de conhecimento e de possibilidades de conhecimento possíveis; acarretando por sua vez, em uma amplitude e troca de saberes; essenciais no ambiente escolar.

Dessa forma, é oportuno refletir sobre a qualidade na oferta e garantia da EJA, através inovação nas metodologias-didáticas para esta modalidade, inserindo os sujeitos jovens e adultos, respeitando seus contextos de vida e fazendo-lhes dar um passo à frente

diante da sociedade globalizada, em que as tecnologias da informação e comunicação estão a todo vapor.

Enfim, para que todos esses desafios sejam enfrentados “o poder público e a sociedade devem ser fortes aliados da modalidade de EJA” (BRASIL, 2009, p. 39). Sabemos, que a implementação e seguridade de uma educação ofertada ao longo da vida é essencial para aqueles que não a adquiriram em um tempo considerado “adequado”. Porém, é preciso avançar muito para que tal garantia não fique somente nos discursos, sejam estes escritos ou orais.

Um destes avanços deve estar voltado para a necessidade de formação adequada aos professores desta etapa de ensino. Como ressalta Duarte (2009, p. 3) “os professores precisam de capacitação para dominar as ferramentas computacionais de ensino, que muitas vezes são melhor dominadas pelos seus alunos”. É preciso ter consciência de quem são os sujeitos da EJA, de onde vivem e o que fazem. Necessário é entender, as metodologias adequadas para se alcançar uma aprendizagem significativa (DUARTE, 2009). Frente ao adequado uso das tecnologias; bem como a reflexão coerente no trabalho com as relações étnico-raciais é necessário que os professores da EJA tenham formações específicas no que tange tal assunto. Assim, também, é necessária a ampliação destes equipamentos na escola, disponíveis a todos os alunos.

Compreendendo e encarando os desafios ora expostos, destacaremos algumas atividades, as quais podem ser utilizadas no ensino da EJA, através das tecnologias, tendo como temas centrais a história e cultura afro-brasileira e indígena. Vale salientar, no entanto, que cada prática vivida, no campo da EJA, apresenta singularidades, sendo necessário repensar cada contexto, sabendo principalmente que não existe uma fórmula para a docência.

É nesse sentido que passaremos a apresentar algumas possibilidades de utilização das tecnologias na EJA como ferramenta de inclusão étnico-racial:

- **Blogs** – Entre os instrumentos que podem ser adaptados de acordo com a realidade da turma destaca-se o *blog*. Através desta ferramenta pode-se adaptar diversos conteúdo. Uma ideia, dentro da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena é organizar grupos de trabalho, responsáveis pela pesquisa e manutenção dos *posts* que versem sobre o tema. Estes *posts* podem compreender os diversos gêneros textuais, tais como: notícias, poemas, músicas, receitas culinárias, etc. - desde que abarque a questão temática em enfoque. Os demais alunos e, também, o professor

deverá comentar os *posts* e trazer as informações para sala de aula, debatendo criticamente sobre o que foi exposto no *blog*. Assim, para o autor Mantovani (2011, p.333) os *blogs* “podem ser utilizados como um laboratório de escrita virtual onde todos os membros podem agir, interagir e trocar experiências sobre assuntos de mesmo interesse, gerando ambientes colaborativos”.

- **Vídeos** – De acordo com Moran (1995, p. 2) “o vídeo parte do concreto, do visível, do imediato [...] Mexe com o corpo, com a pele, nos toca e ‘tocamos’ os outros [...] Pelo vídeo sentimos, experienciamos sensorialmente o outro, o mundo, nós mesmos”. Assim sendo, o vídeo pode ser utilizado em sala de aula de forma a despertar no alunado o interesse pelo tema. E, se tratando, da EJA, pode-se estabelecer questões norteadoras, anteriormente à exposição do vídeo. Tais questões irão embasar o discurso da aula, sempre direcionadas pelo professor, que deve mediar o debate, esclarecendo as dúvidas, quando necessário. Os vídeos podem ser curtos, apenas introduzindo uma aula, ou se prolongarem, desde que não se torne enfadonho para o estudante da EJA.
- **Projeções em slides** – Outra forma de ensinar, através das tecnologias, é ministrar o conteúdo através de *slides*. No caso do tema ora ressaltado, o uso dos *slides* possibilita uma maior sistematização por parte do educador sobre o conteúdo a ser explanado. Assim, também, os *slides* permitem a inserção de imagens, *links* que ligados à *internet* podem direcionar o vídeo, ou ainda, o próprio vídeo.

Ainda como ferramenta podemos destacar o uso de webquest, podcast, videocast e diversos softwares, além de filmes e documentários.

Tais instrumentos elencados acima se constituem ferramentas, disponíveis através do computador, sendo um dos diversos aparelhos tecnológicos existentes, a saber: o aparelho de som, a televisão, o DVD, computador etc. Neste ponto do trabalho, é imprescindível esclarecer que tais ferramentas constituem-se apenas em recursos a serem utilizados pelo educador para facilitar a compreensão do educando. Porém, estas não devem substituir o educador que tem papel fundamental no ensino-aprendizagem. No ensino étnico-racial estas podem auxiliar na compreensão da cultura dos povos africanos, já que “são efetivamente, parte da história do Brasil, tal como a história dos nossos indígenas e dos colonizadores europeus, esta última sempre privilegiada pela escola brasileira” (BENJAMIN, 2004, p. 10).

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Mapeamento Bibliográfico e webgráfico

- Silva (2008). **Racismo em livros didáticos: Estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa**, o qual traz a análise do contexto sócio histórico da produção de livros didáticos no Brasil;
- Munanga (2008). **Superando o Racismo na Escola**, que aborda temas que traz a desconstrução da discriminação no livro didático a racismo, preconceito, discriminação, que mostra o direito a diferença e enfoca as artes e a diversidade étnico-cultural na escola básica;
- Richardson *et all* (2009). **Exclusão, Inclusão e Diversidade** um livro que é fruto do grupo de pesquisa ao qual pertence o orientador **Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão**, onde no capítulo de sua autoria, intitulado de **Exclusão e etnia: a defesa das cotas para a reparação e inclusão social**, o mesmo debate a reparação étnico-racial como elemento de inclusão social.
- Silva e Grupioni. Org's (2004). **A TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA: NOVOS SUBSÍDIOS PARA PROFESSORES DE 1º E 2º GRAUS**, esse livro tem uma série de artigo que traz em seu conteúdo os diversos povos indígenas brasileiro com sua cultura, as exploração, as contribuições para a formação do Brasil, e a IV parte do livro tem como base os recursos didáticos para os professores abordando os direitos dos índios como também a importância do livro didático como um fonte de informação para a sociedade no geral e sobre a sociedade indígena no país.
- Pereira. Org. (2008) **NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM REDES EDUCATIVAS: Diálogos entre praticantes da Educação**. Esse livro relata diversas formas de como a tecnologia pode ser importante para o meio social, no nosso contexto a escola, abordando novos procedimentos e metodologias, tendo como instrumento de trabalho desde uma simples câmera fotográfica a programas de rádio.
- Oliveira. As tecnologias digitais como prática pedagógica na educação afro-brasileira (Lei 10.639/2003) In: Et al VASCONCELOS JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula (2011). **CULTURA, EDUCAÇÃO, ESPAÇO E TEMPO**. Neste artigo Oliveira mostra a

importância das tecnologias na atualidade como instrumento de inclusão para a temática africana, afro- brasileira e indígena,

- Araya e Gregório (2010). **CRIAÇÃO. PROTEÇÃO E USO LEGAL DE INFORMAÇÃO EM AMBIENTES DA WORLD WIDE WEB**. Livro interessante, ele introduz um pouco da história sobre a disseminação a tecnologia no país, deixa claro sobre os ambientes informais digitais, a autoria e legislação de conteúdo intelectual, como também as alternativas emergentes para a criação, disseminação e uso legal de informação no contexto da Web. Algo interessante é que esse foi publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) o que reforça a ideia que a tecnologia digital é um meio importante e acessível para fins didáticos com a inclusão dos conteúdos afros e indígenas dentro das escolas.
- Brasil, **ÍNDIOS NO BRASIL 1, 2 e 3** Cadernos da TV ESCOLA. Os cadernos 1, 2 e 3 da TV ESCOLA são complementações de séries de vídeos sobre a temática indígena. No caderno 1 trata de importantes fatos indígenas trazendo o passado, o presente e perspectiva futura sobre os índios, mostrando a resistência com também o racismo e a discriminação. Outro fator importante nesse caderno é a crítica que o mesmo faz sobre os livros didáticos como trazendo o índio de forma genérica. Expõe em seus escritos um acervo de importantes obras relacionadas às questões indígenas, descreve o processo das relações política e social ao longo da história até os dias atuais como também suas diversidades, a importância dos índios como primeiros habitantes do Brasil, seu despovoamento, e suas posses de terras comprometidas entre outros. No caderno 2 denota as línguas indígenas, povos, aldeias, histórias e culturas, sendo essas estudadas por (FRANCHETTO), explanando a diversidade étnica e linguística desses povos classificando-as. Um ponto importante é a clareza sobre que ele traz sobre a falta de preservação das línguas, mostrando um pouco da particularidade de cada povo como uma sociedade relacionando sua cultura, casa, família, trabalho, o dia-a-dia, os ciclos da vida. (GALLOIS) fala sobre os novos e velhos saberes dos povos indígenas relacionando a quês tão cultural e educacional. Já (VALADÃO) trata sobre a importância da terra e território indígena, referendando a necessidade de terras para os índios e suas delimitações nos dias atuais. O caderno 3 é dividido em dois capítulos, levantando questão do contato entre os índios e brancos e suas consequências ao longo da história, conceituando uma teoria dos indígenas sobre os brancos. Nesse mesmo contexto entram os mitos entre os dois povos sobre tecnologias, os questionamentos sobre as políticas que os brancos constroem, entre outros. Outro fator respeitável nesse caderno é que o mesmo descreve sobre os direitos indígenas na constituição de 1988, permitindo-nos a refletir sobre os mesmos em seus pontos positivos e negativos.

- Brasil, **ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**. Idealizado pelo MEC através de SECADI, é um livro que trata de orientações para toda a educação básica, ensino superior (licenciaturas) e modalidades como Educação de Jovens e Adultos, educação quilombolas, na temática africana, afro brasileira com um foco antirracista com propostas de atividades, glossário, além de abordar as diretrizes que foca a obrigatoriedade da Lei 10.645/2003 e de outros documentos importantes. Apesar de ele ser publicado em 2010, o mesmo traz resultados de GT's entre o período dezembro de 2004 a junho de 2005 e nesse período ainda não se havia ampliando a Lei 11.645/2008, permitindo que houvesse uma ampliação dessas orientações para o trato indígena na educação.

A partir da criação da SECAD - Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – MEC, passou-se a ter uma visão mais detalhada sobre a Educação de Jovens e Adultos e com isso foram formulados materiais específicos para EJA, o que foi nomeado de “CADERNOS DE EJA”. São 27 cadernos, sendo esses divididos em 3 partes: 13 cadernos de alunos, 13 cadernos de professores, e um que tem o objetivo de ser uma ferramenta com base pedagógica para os 26 cadernos e como apoio metodológico.

Nesse processo destacaremos dois cadernos propostos pela SECAD/MEC com o objetivo de dar continuidade ao processo de ensino/aprendizagem e ampliação da visão dos alunos, como também oferecer-lhes uma educação de qualidade e propondo-lhes uma visão de mundo.

- O primeiro caderno de EJA analisado foi o intitulado “TECNOLOGIA E TRABALHO” com 64 páginas, este caderno tem recursos imagéticos com conteúdo amplos abrangendo a história da tecnologia e sua atuação no mercado de trabalho no Brasil e suas consequências, nesse segmento há um relato da falta de emprego por causa da chegada das tecnologias no “mundo” industrial e outros setores empregatícios, mostra a dura realidade daqueles que são analfabetos em informática e a exclusão dos não informatizados diante da sociedade.

O cadernos também expõem análises feitas por ONG's, Governo, empresas privadas, e o CDI – Comitê para Democratização da Informática (p, 18). Os temas como trabalho e desemprego, transporte, alimento, acesso e o cotidiano, o desenvolvimento sustentável, o homem e máquina, todos ligados a tecnologias, hoje são importantes, porém, após análise do mesmo identificamos na maioria do seu conteúdo apesar de real é “visto” e escrito por uma ótica que leva o aluno a entender que já estar excluído desse

mundo tecnológico e como já estão em fase de dificuldade em seu aprendizado, poucos são os que são desafiados a ter uma outra perspectiva.

Um dos recursos imagéticos utilizados na página 53 permite que o estudante não se sinta capaz de utilizar as tecnologias, além de ser exposto nas páginas 54 e 55 o texto intitulado “*El imprescindible teléfono móvil*”, redigido em espanhol, o que distancia mais os alunos entre sua realidade e o mundo idealizado.

Em algum momento, no Caderno, não há uma percepção que o aluno se sinta incluído ou que seja desafiado a se capacitar, interagir com esse mundo tecnológico. Outro fato interessante é que o Caderno mesmo sendo uma ferramenta para a educação, em momento algum se é conectada a tecnologia da educação, e nem tão pouco a realidade dos alunos na atualidade. Vale ressaltar que os cadernos foram produzidos para os estudantes da EJA.

- O segundo Caderno “DIVERSIDADE E TRABALHO” com 64 páginas é focado para o ensino fundamental I da EJA, é um caderno da diversidade histórica cultural, social e brasileira, entre elas um pouco da história dos(das) negros(as) focando para a história dos escravos, os quilombolas, e os palmares, já na questão indígenas temos um pequeno foco em alguns povos da região amazônica, deixando uma lacuna entre o ontem e o hoje no que refere-se a temática afro brasileira. O que pudemos perceber é que ambos continuam com o mesmo formato dos livros tradicionais usados pelos estudantes de ensino fundamental da escola regular, o livro tem muito conteúdo e quase nenhum meio que se possa ter uma reflexão ou até um feedback.

Sabemos que o ponto fundamental é alfabetizar letrando e nesse contexto, o

letramento também significa compreender o sentido, numa determinada situação, de um texto ou qualquer outro produto cultural escrito; por isso, uma prática de letramento escolar implica um conjunto de atividades visando ao desenvolvimento de estratégias ativas de compreensão da escrita, à ampliação do vocabulário e das informações para aumentar o conhecimento do aluno e à fluência na sua leitura. (KLEIMAN, 2005, p. 10)

Dessa forma os Cadernos de EJA ainda não permitem que o aluno se sinta desafiado a aprender, mas o desmotiva a continuar, pela proporção dos próprios conteúdos por sua forma “pesada”. De acordo com Kleiman (2005, p. 20),

assim como os usos da língua escrita forem mudando na família, no trabalho, nas relações comerciais, na ciência, ao longo da vida da história, também mudou na escola, a concepção do que seria 'ser alfabetizado' e do que é necessário saber para poder usar a escrita ao longo da vida .

Ao contrário da visão freireana ainda permanecem conteúdos mecanicistas e que não traz uma visão libertadora. A partir daí as tecnologias pode ser um parâmetro de suporte nesse processo escolar.

O Documento-Referência da CONAE 2014, no eixo III busca:

Estimular a diversificação curricular da EJA, integrando a formação à preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre a teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, adequando a organização do tempo e do espaço pedagógico as características desses alunos (as) (BRASIL, 2013, p.48).

Neste ponto de vista acreditamos que a escola e, em especial a EJA, deve agregar as TIC'S como recurso didático/metodológico, pois elas já estão presentes e influenciando todas as esferas da vida social e profissional de acordo com um dos Cadernos da EJA, e junto com esse procedimento a inclusão sobre a história e cultura africana e afro brasileira, já que na atualidade se torna mais fácil, de qualidade e com uma práxis pelo tema étnico-racial está tão presente nas redes sociais, blog's, sites, vídeos e em alguns casos com conteúdo aprovados pelo MEC, como é o caso do site: “A Cor da Cultura”.

4.2 Análise webgráfica: blog's e sites como materiais didáticos para inclusão da Educação Étnico-racial na EJA:

Fig. X – Site Étnico Raciais/MEC



FONTE: <http://etnicoracial.mec.gov.br>, 2013.

- O site etnicoracial idealizado pelo MEC pode ser um bom instrumento de contribuição para a expansão no combate ao racismo dentro da sala de aula, nele

encontra-se, vídeos documental, filmes, além de livros e todo um conteúdo documental relacionado a temática referente a história e cultura afro brasileira

Ainda nessa mesma linha podemos destacar o site o *Site A cor da Cultura*. De acordo com Oliveira:

O Site 'A cor da Cultura' possui diversas ferramentas, como filmes, jogos interativos, cadernos de formação para professores, livros ilustrados, músicas [...] resgata a memória de lideranças afro brasileiras que fizeram história e possibilita o resgate de valores como auto-estima e conhecimento sobre várias personalidades. Os jogos interativos condicionam os alunos a realizarem uma produção musical, conhecendo os instrumentos e podendo escolher um ritmo, como: samba, afoxé ou *hip hop* e, assim, interagir clicando na imagem do instrumento e, posteriormente, ouvindo o som correspondente. (OLIVEIRA, 2011. P, 708).



FONTE: <http://www.acordacultura.org.br>, 2013.

- **O Site A Cor da Cultura.** Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/>. Acessado em: 08/09/2013. Possibilita textos, livros ilustrados, manuais para professores/as, filmes e jogos interativos com lendas e mitos africanos e indígenas.
- **Afroeducação.** Disponível em: <http://afroeducacao2.blogspot.com>. Acessado em: 12/08/2013. Possibilita informações do grupo de estudo, práticas extensionistas, produções dos estudantes e eventos científicos que tratam da temática etnicorracial.
- **Site sobre a diversidade Indígena.** Disponível em: <http://indios-brasileiros.info/>. Acessado em: 14/05/2013. Contém informações sobre a cultura e história indígena.
- **Site e Blog sobre os Povos Indígenas brasileiros.** Disponível em: <http://www.programadeindio.org/>. Acessado em: 14/05/2013. Contém

informações sobre a cultura e história indígena com possibilidades interativas: desenhos, vídeos, fotos, textos reflexivos e serviço de troca de experiências entre os povos indígenas atuais.

- **Site sobre as políticas públicas Indígenas.** Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt>. Acessado em: 14/05/2013. Contém informações sobre as políticas públicas indígena com discussão sobre as demarcações de terras, políticas indigenistas de saúde, educação entre outros.
- **Site sobre os Povos Indígenas.** Disponível em: <http://www.museudoindio.org.br>. Acessado em: 14/05/2013. Possui acervo de banco de dados com alimentação para as redes virtuais cadastradas levando informações sobre eventos, políticas públicas e licitações de editais que falam de projetos de valorização dos povos indígenas.
- **Site sobre a Cultura Africana.** Disponível em: <http://www.africanidade.com>. Acessado em 15/05/2013. Portal de notícias sobre a economia, política e cultura dos países africanos.
- **Site Institucional da Fundação Palmares.** Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acessado em 15/05/2013. Vinculada ao Ministério da Cultura que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira. Traz informações sobre a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, a Palmares formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos **processos de desenvolvimento do País**.
- **Site Institucional do Governo Brasileiro.** Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/>. Acessado em 10/04/2013. Portal institucional da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Textos, editais, licitações, relatórios institucionais e divulgação de prêmios com **iniciativas no campo da igualdade racial**.
- **Blog sobre os povos africanos.** Disponível em: <http://www.institutoafricaviva.blogspot.com.br>. Acessado em 15/05/2013. Informações sobre cultura e política dos **povos africanos, possui vídeos, textos entre outros**.
- **Portal sobre os Povos africanos.** Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br>. Acessado em: 15/05/2013. Possui acervo de banco de dados com alimentação para as redes virtuais cadastradas levando informações sobre eventos, políticas públicas e licitações de editais que falam de projetos de valorização dos povos africanos.
- **Site sobre ações afirmativas das populações negras no mundo.** Disponível em: <http://www.mundonegro.com>. Acessado em: 15/05/2013. Comunica informações e ações sobre a cultura negra em diversos países africanos e nos que receberam a diáspora africana, como os afro-brasileiros.
- **Blog de ONG paraibana que trabalha com Políticas Públicas para Mulheres Negras.** Disponível em: <http://negrasbamidele.blogspot.com.br>. Acessado em: 15/05/2013. Contém banco de dados, denúncias contra a violência, filmes, textos entre outros serviços sobre a valorização da mulher negra.
- **Jornal On Line de informações dos Movimentos Sociais Negros.** Disponível em: <http://correionago.ning.com>. Acessado em: 15/05/2013. O portal com maior número de seguidores que trabalham as notícias sobre a valorização racial, denúncias de racismo e divulgação da cultura negra.
-

4.3 Caracterização da escola

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Afonso Pereira da Silva, escola-padrão inaugurada no dia 16 de fevereiro de 2009 pelo então prefeito Ricardo Coutinho (PSB), absorveu o anexo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Virgínio da Gama e Melo.

A primeira gestão foi formada por duas educadoras, Maria das Graças Madruga Freire e Zélia Rodrigues de Lima Soares, que se esforçaram para organizar e vencer todas as dificuldades de uma escola recém-inaugurada e se tornarem gradativamente gestoras por meio das experiências do dia a dia.

Alguns profissionais do anexo e a maioria dos estudantes fazem parte da E.M.E.F. Professor Afonso Pereira da Silva. Funcionários como a dona Margarida Dias Correia, muito conhecida como Dona Guida, participam ativamente do planejamento democrático e cidadão da comunidade que a escola atende.

O ano letivo começou no dia 16 de março de 2009, um mês após a inauguração da escola. Mesmo com todos os problemas de uma escola nova, com uma equipe de especialistas reduzida a três profissionais, duas supervisoras escolares e uma psicóloga, os educadores conseguiram desenvolver um bom trabalho obtendo 60% no projeto Escola Nota 10.

No ano de 2010, a escola, já com o grupo de especialistas maior (cinco profissionais, dois supervisores escolares, dois orientadores educacionais e uma assistente social), a direção completa em todos os turnos (quatro gestoras – uma geral e três adjuntas), um grupo de professores advindos de concurso público e de outras escolas e, certamente, mais responsável, obteve 74,5% na pontuação do Prêmio Escola Nota 10.

No ano de 2011, mesmo com uma redução no número de especialistas, devido a uma das supervisoras estar de licença saúde, e com uma Direção reduzida, devido ao afastamento de uma das diretoras adjuntas por motivo de saúde e distância geográfica da casa e trabalho, todos os profissionais se envolveram no trabalho coletivo e a escola obteve 88,8% na pontuação do Prêmio Escola Nota 10.

No ano de 2012 mesmo passando por grandes adversidades no segundo semestre, como o falecimento de uma das diretoras, Zélia Rodrigues de Lima, conseguimos avançar em alguns pontos. Entretanto ficamos com nota 8,0 no Prêmio Escola Nota 10, o que a nosso ver não é o único parâmetro para medir o trabalho da equipe, uma vez que enquanto escola temos nossas discordâncias em relação aos critérios de avaliação do referido prêmio.

A escola atende ao conjunto Cidade Verde/Mangabeira VIII e tem cedido seu ginásio para a realização de atividades sociais da comunidade, como a realização de reuniões sobre o orçamento democrático, aniversários, cultos evangélicos, torneios esportivos, e casamentos. Alguns profissionais da escola, moradores do bairro, também estão engajados no movimento pela cidadania e desenvolvimento do bairro.

O nome da escola homenageia o ilustre professor Afonso Pereira da Silva, grande educador que teve a sua vida dedicada às causas educacionais, tendo sido considerado um educacionista pelo então senador da República e ministro da Educação Cristovam Buarque. No ano de 2011, o desfile cívico da escola o homenageou, tratando da sua vida cultural e profissional.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola observa os dispositivos legais que regem a educação nacional, a Lei 9.394/1996 (LDB) em seus artigos 12, 13 e 14, e segue os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as diretrizes da Proposta Curricular da SEDEC/João Pessoa. A Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino destaca no artigo 5º, inciso III, que a escola deve

elaborar seu Projeto Pedagógico e seu Regimento Escolar com a participação da comunidade da escola, especialmente seu corpo docente e técnico, provendo formas de organização do trabalho pedagógico, do controle do cumprimento dos dias letivos, do plano de trabalho dos seus servidores e do acompanhamento sistemático do rendimento dos alunos de modo a construir o sucesso escolar. (SEDEC, 2001, p. 384)

- **Identificação:**

Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Afonso Pereira da Silva

- **Localização:**

Rua Flor de Íris, s/n, Mangabeira VIII – Cidade Verde

CEP: 58059-744

Fone: 3214-3189

- **Gestores:**

Maria das Graças Madruga Freire (diretora-geral)

Raquel do Nascimento Sabino (diretora adjunta – T)

Gerinalva da Silva Gomes (diretora adjunta – N)

Tatiany Fernandes Oliveira (diretora adjunta – M/ T)

- **Especialistas:**

Ana Carla Pereira de Melo (orientadora educacional)

Nancy Pires Maia (supervisora escolar)

Raquel do Nascimento Sabino (supervisora escolar)

Shirlene Prudencio Ribeiro Pereira (orientadora educacional)

- **Clientela atendida:**

Estudantes do Ensino Fundamental I e II;

Estudantes da Educação de Jovens e Adultos -EJA;

- **Número de funcionários:**

Efetivos: 51

Prestadores de Serviço: 36

- **Número de estudantes:**

N.º total de estudantes: 958

N.º de estudantes do Ensino Fundamental I: 423

N.º de estudantes do Ensino Fundamental II: 341

N.º de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA): 250

- **Principais necessidades estruturais:**

Ampliação do número de salas de aulas

Recursos para o Laboratório de Ciências;

Formação de Grêmio Estudantil;

Pintura das grades que circundam a escola (muitas já estão começando a enferrujar).

Construção de passarela coberta para o acesso ao ginásio;

Construção de guarita para vigilante

Retelhamento da parte lateral da escola

Pintura do ginásio de esportes

- **Principais necessidades pedagógicas:**

Ampliação dos recursos pedagógicos para o Fundamental I e II;

Livros didáticos suficientes para todas as turmas

Projetos extraescolares que combatam a indisciplina (violência);

Projetos extraescolares que combatam as drogas (lícitas e ilícitas).

- **Número de dependências / disponibilidade de uso:**

Ambienta físico

A escola dispõem de 01 pátio amplo, 01 sala de Diretoria, 01 sanitário da Direção, 01 almoxarifado, 11 salas de aula, 01 sala para os especialistas, 01 sala dos professores, 01 sala da Secretaria, 01 refeitório com mesas e cadeiras, 01 cozinha com depósito de alimentos (dispensa), 01 sanitário para os funcionários, 04 sanitários para alunos (02 masculinos e 02 femininos), 01 ginásio com sanitários (01 masculino e 01 feminino) capaz de realizar modalidades esportivas (futsal, handebol, basquete), 01 biblioteca, 01 laboratório de informática, 01 laboratório de ciências, 01 auditório, 01 sala da banda marcial.

- **Necessidades estruturais**

- Sala de vídeo com condições para receber satisfatoriamente os estudantes;

- Ar-condicionado ou ventiladores de teto;
- Manutenção da estrutura da escola (as grades enferrujando, alguns vidros quebrados, etc.);
- Salas de aula para atender à demanda da comunidade (vê-se a necessidade de ampliar o número de salas da escola. Há espaço e demanda de estudantes da comunidade).
- Adequação da estrutura da escola: Construção de passarela coberta para o acesso ao ginásio e construção de guarita para vigilante.

• **Números de Turmas, alunos, vagas disponíveis e excedentes.**

TURMA	TURNO	N.º DE VAGAS	N.º DE ALUNOS	DISPONÍVEL
1º A	M	25	29	0
1º B	M	25	31	0
2º A	M	25	32	0
2º B	M	25	32	0
3º A	M	30	31	0
3º B	M	30	28	2
3º C	M	30	32	0
4º A	M	35	36	0
4º B	M	35	36	0
5º A	M	35	39	0
5º B	M	35	40	0
6º A	T	35	28	7
6º B	T	35	27	8
6º C	T	35	26	9
7º A	T	35	39	0
7º B	T	35	37	0
8º A	T	35	34	1
8º B	T	35	34	1
9º A	T	35	28	7
9º B	T	35	23	12
CICLO I A	N	35	35	0
CICLO I B	N	35	34	1
CICLO II A	N	35	28	7
CICLO II B	N	35	28	7
CICLO III	N	40	47	0
CICLO IV	N	40	33	0

FONTE: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Afonso Pereira da Silva

4.3.1 Resultado da intervenção

O campo de pesquisa onde foi feita a referida pesquisa envolve 2 professoras do ciclo I e II e 27 estudantes sendo esses 3 do ciclo I, 7 do ciclo II e 17 do ciclo III, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Afonso Pereira. De acordo com o questionário a predominância em sala de aula são de estudantes do sexo feminino, mais precisamente nos ciclo I e II, sendo o sexo masculino predominantemente no ciclo III. Nos ciclos I e II a faixa etária está entre 27 a 61 anos, sendo apenas 1 aluno com a idade de 18 anos, já no Ciclo III a predominância é entre 14 e 16 anos, sendo apenas 2 dos entrevistados com 39 anos, 1 com 24, 1 com 57 anos e outro com 27 anos. A maioria já frequentou a escola quando criança, apenas 3 dos estudantes não frequentaram a escola quando criança. Todos responderam que gostavam de estudar a noite, por motivos diferenciados.

4.3.2 Tabulação do questionário aplicado com os professores e alunos

O questionário foi aplicado com professora do ciclo I e do ciclo II

Quando foi perguntado se elas conhecia a legislação étnico-racial 10.649/2003 e 11.645/2008

“A professora A respondeu que conhecia”.

“Já a professora B não sabia da existência dessas Leis”

Apesar de ter se passado 10 anos da Lei 10.639/2003 e sua ampliação através da Lei 11.645/2008 há 5 anos, tornando obrigatória o ensinamento da história e cultura africana, afro brasileira e indígena ainda percebe-se que existe um déficit sobre a importância da Lei e sua configuração para a educação e sociedade, nesse sentido Chagas (2011, p.73) destaca que “Apesar de estar respaldada nos documentos oficiais, a exemplo dos Pcn’s, da LDB e da Lei 11.645/2008, a inserção dos conteúdos pertinentes à história da África e do negro ainda não se constitui realidade na rede pública de ensino na Paraíba”.

Na questão: Você já teve alguma formação continuada sobre a educação étnico-racial para o ensino da mesma na EJA?

“Ambas disseram que não participaram de nenhuma formação que abrangesse essa questão e que fosse direcionada para EJA”.

De acordo com Moran (2000 p. 16), “As mudanças na educação dependem, em primeiro lugar, de termos educadores maduros intelectual e emocionalmente, pessoas curiosas, entusiasmadas, abertas, que saibam motivar e dialogar”. Freire (2005, p. 47) afirma, ainda, que “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mais criar as possibilidades para sua própria produção ou sua construção”. Desta forma, o professor ganha centralidade na ação pedagógica, exigindo uma maior formação para o exercício da profissão. Conforme Guarnieri (2005, p. 6), “Há indicadores que sugerem que, para ter sucesso profissional na tarefa de ensinar, é necessário ao professor conhecer, dominar e articular os vários elementos que compõem o seu trabalho”, nesse sentido cabe não só ao professor como também o Estado, capacitar e contribuir para que esses professores esteja capacitado no tocante a política públicas existentes e como processo de inclusão e combate ao preconceito.

No quesito sobre: Se já deu aula na EJA usando as tecnologias digitais

A professora A responde:

Sim, esses recursos facilitam a aprendizagem do aluno

A professora B disse:

“Sim. Após a continuidade da formação continuada e PROINFO, já usei algumas vezes a mídia educacional. Mas ainda é algo a ser utilizado com mais frequência e com mais segurança na utilização do data show e montagem de slide.”

Acordando com as professoras, Kenski (2003) escreve que para o (a) profissional tenha uma familiaridade maior com as novas tecnologias se é necessário que o mesmo tenha tanto oportunidade quanto disponibilidade de tempo.

É preciso que esse profissional tenha tempo e oportunidades de familiarização com as novas tecnologias educativas, suas possibilidades e seus limites, para que, na prática, faça escolhas conscientes sobre o uso das formas mais adequadas ao ensino de um determinado tipo de conhecimento, em um determinado nível de complexidade, para um grupo específico de alunos e no tempo disponível. (KENSKI, 2003, p.48).

Nesse sentido observa-se que o Governo Federal vem ao longo do tempo desenvolvido vários projetos e programas de incentivo a novos ingressos e também a permanência dos estudantes nessa modalidade de ensino, porém, é necessário que haja não só essa parceria com o Governo mais também uma flexibilização e a formação de todo o corpo docente (gestores e professores). O Ministério da Educação (MEC) pensando nessa conexão de tecnologia e educação de qualidade cria programas como PROINFO, entre outros, e também idealiza e produz o Guia de Tecnologia Educacionais 2008, que tem como objetivos específicos:

- pré-qualificar tecnologias educacionais como referencial de qualidade, para utilização por escolas e sistemas de ensino;
- disseminar padrões de qualidade de tecnologias educacionais que orientem a organização do trabalho dos profissionais da educação básica;
- estimular especialistas, pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa e organizações sociais para a criação de tecnologias educacionais que contribuam para elevar a qualidade da educação básica;
- fortalecer uma cultura de produção teórico. (BRASIL. Guia de tecnologia educacionais 2008).

No entanto deve-se deixar claro que a inserção das tecnologias digitais na escola vai além de conhecimentos teóricos.

Na pergunta: Você acha importante o uso das tecnologias na sala de aula? Por quê?

A professora A respondeu: “Acho importante, mas a escola não proporciona esses recursos de forma ampla”.

A professora B: “Sim. Aulas mais motivadas, tornando o conteúdo complexo em simples absorção de sua aprendizagem. Mas com a EJA ainda é uma revelação, pois muitos não convivem com o uso tecnológico (computador, tablete, etc).”

Em conexão com as professoras, Almeida e Moran destaca a importância de se incorporar as tecnologias dentro da escola, permitindo tanto aos alunos como aos professores terem uma visão mais ampla sobre assuntos antigos e atuais, de forma mais rápida, havendo assim uma interação, mais conhecimento, como também não os limitando.

No processo de incorporação das tecnologias na escola, aprende-se a lidar com a diversidade, a abrangência e a rapidez de acesso às informações, bem como com novas possibilidades de comunicação e interação, o que propicia novas formas de aprender, ensinar e produzir conhecimento, que se sabe incompleto, provisório e complexo. (BRASIL. 2005, p 61.)

Quando perguntamos: Você já presenciou algum ato de preconceito racial?

A professora A respondeu: Sim

A professora B respondeu: Não

Na pergunta: Você já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação por causa de sua cor da pele?

Ambas disseram que não sofreram nenhum tipo de preconceito

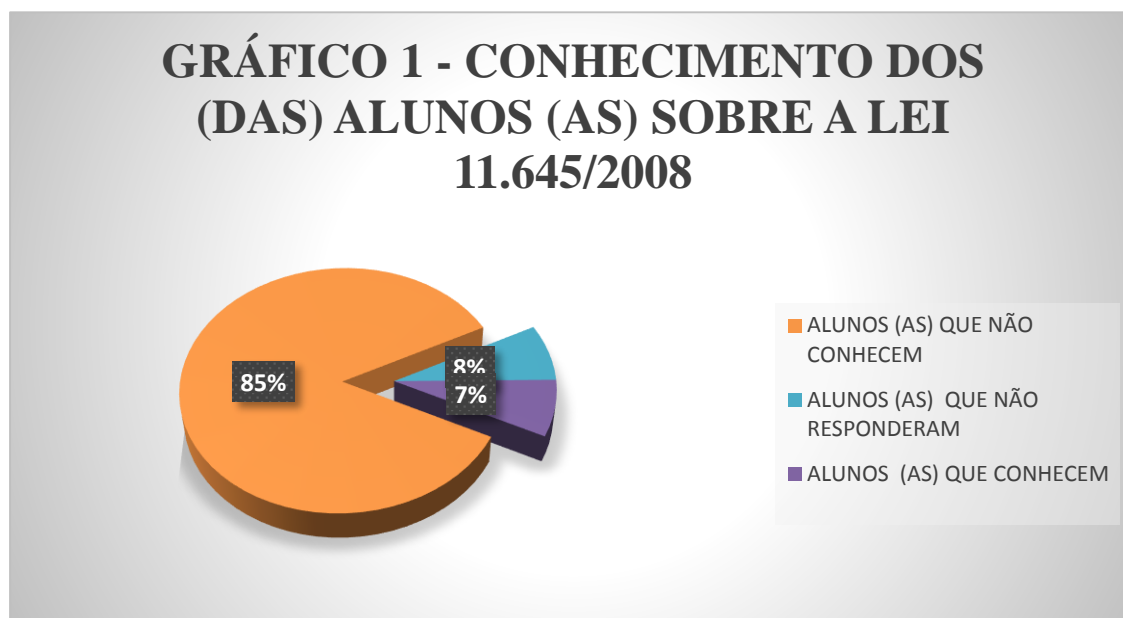
Quando perguntamos se elas já deu alguma aula sobre a história africana, afro brasileira e indígena a resposta foi a seguinte:

Professora A: “Sim, dentro do conteúdo de formação do povo brasileiro”

Professora B: “Sim, Na disciplina de Estudos Sociais e da Natureza. Aula expositiva e dirigida com o conteúdo do livro”.

Análise de dados do questionário com os (as) alunos (as):

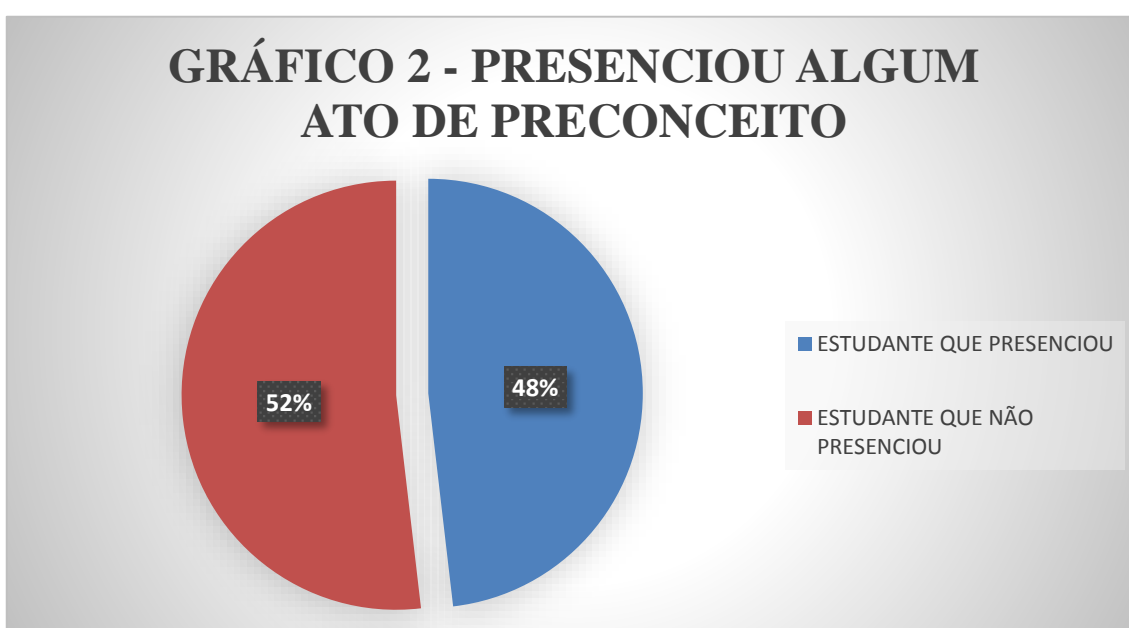
Sobre o Conhecimento da Lei 11.645/2008.



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora em setembro de 2013.

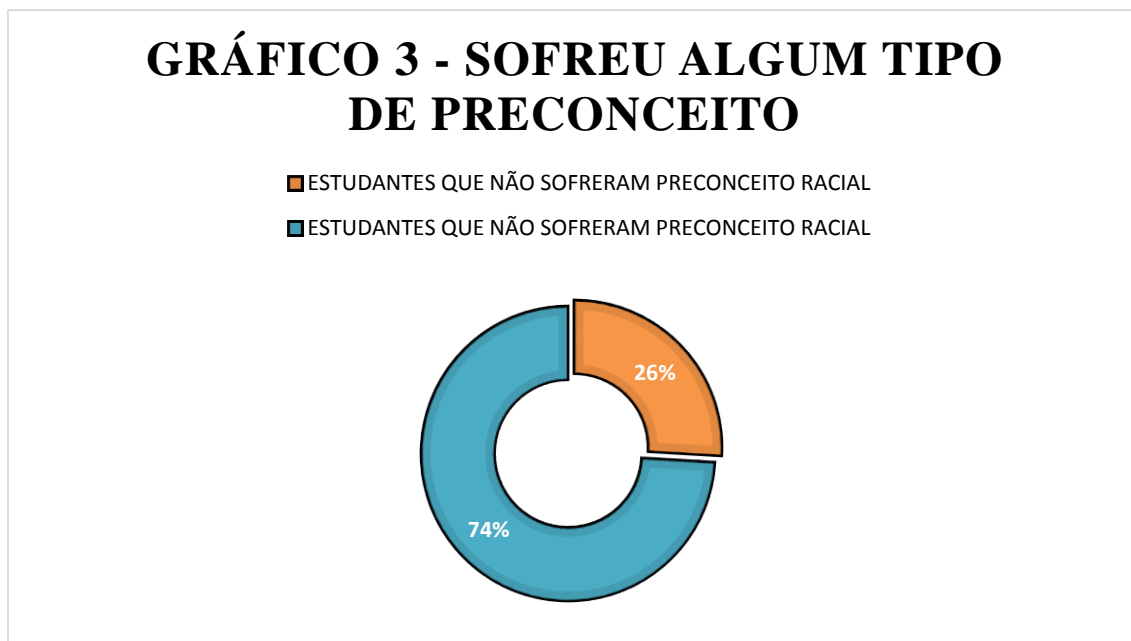
Conforme se apresenta no gráfico acima 85% dos estudantes da EJA nunca ouviram falar sobre a Lei 11.645/2008.

Ao perguntar se eles (as) já presenciaram algum tipo de preconceito racial



Fonte: Idem.

Quantitativamente, há um certo equilíbrio no tocante a pergunta **se eles (as) já presenciaram algum tipo de preconceito racial** no gráfico 2, tendo 52% para o que responderam que já presenciaram e 48% respondendo que não presenciaram, nesse contexto em pleno século XXI, esse número ainda não pode ser considerado uma vitória. **Quando perguntado se eles (as) já sofreram algum tipo de preconceito por causa de sua cor da pele.**

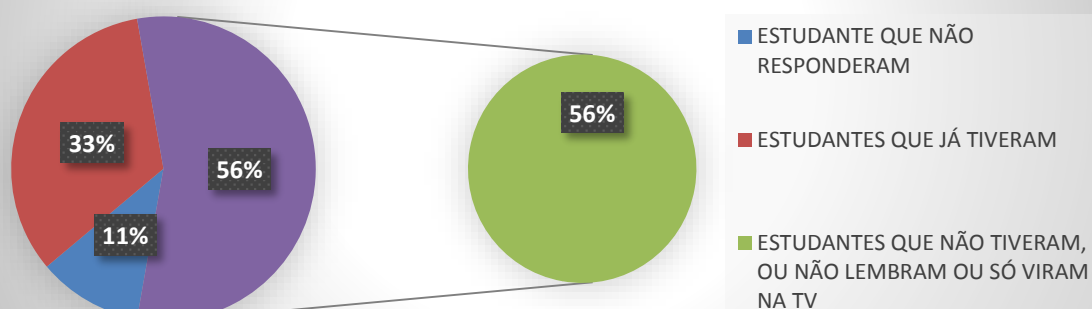


Fonte: Idem.

Em relação à pergunta se já sofreram algum tipo de preconceito racial (Gráfico 3) 74% dos estudantes disseram que não.

Na pergunta sobre se já teve alguma aula sobre a história africana, afro brasileira e indígena

GRÁFICO 4 - JÁ TIVERAM AULA SOBRE A HISTÓRIA AFRICANA, AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA



Fonte: Idem.

No gráfico 4 podemos perceber que ainda se ensina o tema étnico-racial embasado no eurocentrismo, onde ainda se exalta a Princesa Isabel, o fato dos escravos ainda é real como sendo um foco nesse ensino, no entanto percebe-se também que mesmo de forma lenta já há uma mudança.

Aluna A: “Sim, quando antigamente os imigrantes eram escravos e eram forçados a trabalhar e foram libertados pela princesa Isabel”

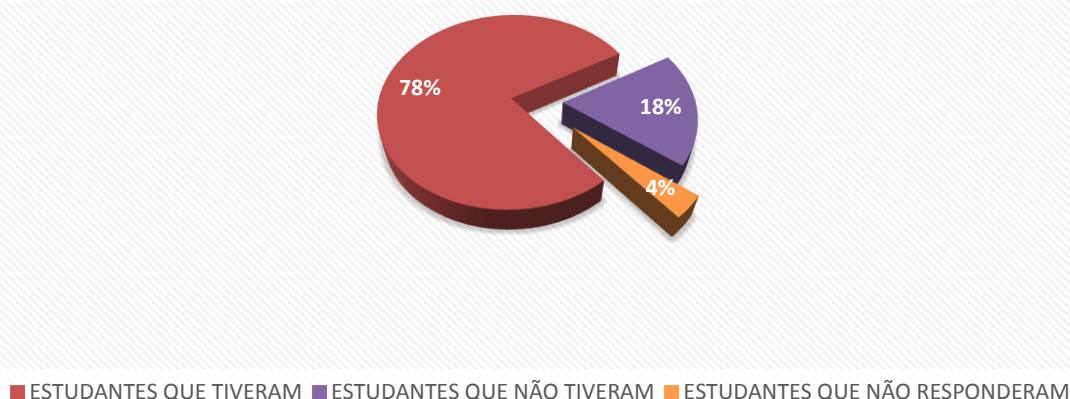
A aluna B relatou: “Lembro-me que nós somos considerados desiguais por pessoas, em empregos, escolas, enfim, em toda a sociedade”

Estudante C: “Sim, os portugueses chegaram no Brasil, levaram as riquezas e colocaram sua religião, seu modo de vestir e etc.

Estudante D: “Sim, sobre a escravidão”

Na pergunta: Já teve alguma aula na EJA com a utilização das tecnologias digitais (TV, DVD, computador, internet), ou qualquer outro meio tecnológico que você lembra? Você gostou ou não?

GRÁFICO 5- JÁ TEVE ALGUMA AULA NA EJA USANDO AS TECNOLOGIAS DIGITAIS

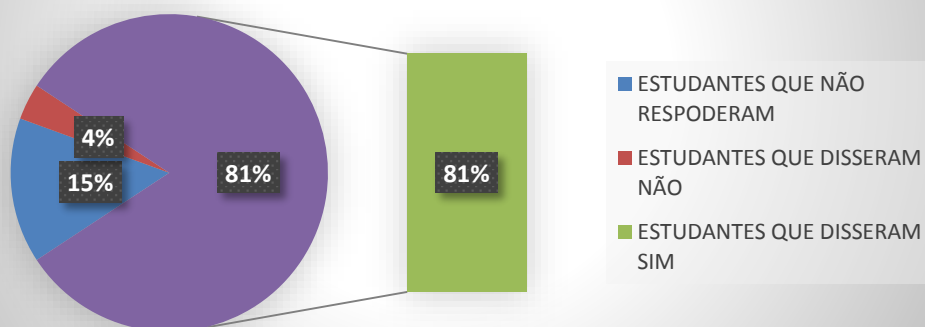


Fonte: Idem.

No (gráfico 5) os estudantes mostraram seu contentamento quando a pergunta envolveu o uso das tecnologias na EJA, a escola a qual foi capo de estágio proporcionou para os estudantes algumas aulas de informática para os quais segundo depoimentos e colocando no questionaram dissera que: *“Gostei muito do curso de informática, jovem da minha idade podem aprender muito com a tecnologia”*; *“Sim, aulas de computação, gostei muito, gostaria que fosse com mais frequência”*.

Na pergunta: Você acha importante o uso das tecnologias na sala de aula? Por quê?

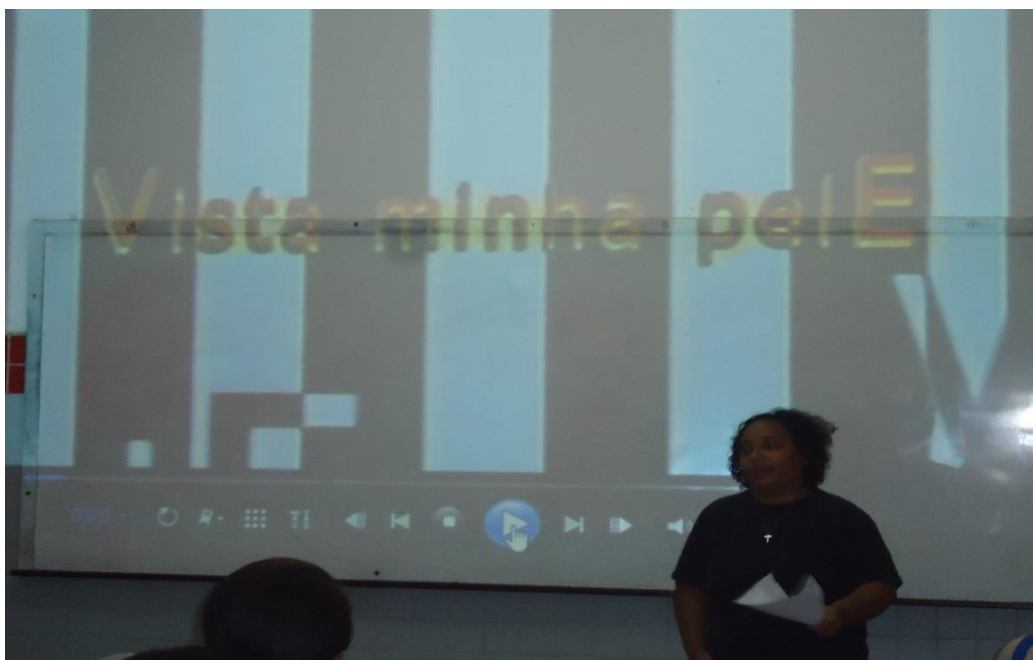
GRÁFICO 6 - A IMPORTÂNCIA DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA SALA NA EJA



Fonte: Idem.

Quando foram indagados sobre o uso das tecnologias na sala de aula da EJA, um número proporcionalmente relevante, tendo um percentual de 81% considerou importante disseram que: *“É importante porque precisamos ser informado, basta que éramos ignorantes no passado”*; *“Sim, porque transforma a aula, fica mais interessante”*; *“Sim, para ter mais conhecimento”*; *“Sim, por a gente fica mais informados”*; *Sim, porque conseguimos nos manter informatizados”*; *“Sim, porque nos dias atuais necessita”*; *“Sim, porque ajuda a abrir a mente das pessoas, para o mundo digital, e os avanços são importantes em nossa vida”*; *Sim, porque no futuro vai ter mais tecnologia”*.

Foto 1 – Intervenção na EJA com Novas Tecnologias – Filme Vista Minha Pel



Fonte: Idem.

Tivemos como suporte metodológico o filme intitulado “VISTA A MINHA PELE”. O mesmo tem duração total de aproximadamente 23 minutos, porém, aborda o tema sobre o preconceito e a discriminação de forma clara, objetivo e entendível a todos os públicos em questão.

Esse filme aborda a história invertida de preconceitos no Brasil, onde a classe dominante é a população negra, e a população branca sofre todo o tipo de preconceito por causa de sua cor da pele.

Foto 2 - Intervenção na EJA com Novas Tecnologias – Vista Minha Pele 2



Fonte: Idem.

4.3.3 Palestra: diálogo com os estudantes e professor de EJA

A palestra foi ministrada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Afonso Pereira no turno da noite, tendo como público alvo estudantes e professores da Educação de Jovens e Adultos, antes do início do filme foi falado sobre a as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, sobre a história de lutas dos negros e indígenas, movimentos sociais, ONG's e entre outros até a conquista das referidas Leis.

Foto 3 - Intervenção na EJA com Novas Tecnologias – Debate



Fonte: Idem.

Após o filme houve a palestra sobre o significado do preconceito e a discriminação ao longo da história do nosso país e a nossa construção como povo brasileiro e suas consequência para a sociedade, educação, política e economia do nosso país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo pudemos analisar as práticas educativas de tecnologias digitais que possam impactar no ensino da história e cultura africana, afro brasileira e indígena na Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal de Ensino Fundamental

Professor Afonso Pereira da Silva, como identificar o preconceito e a discriminação sobre a questão étnico-racial na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Afonso Pereira da Silva, como também verificar se há ações do Governos existentes em favor do reconhecimento e acesso as tecnologias na EJA, e compreender quais as contribuições das TIC'S para o ensino étnico-racial na educação de jovens e adultos.

Nesses processos educativos dialéticos, fundados no diálogo, educadores e educando são sujeitos do ato do conhecimento e a curiosidade de ambos encontra-se na base do “aprender-ensinar-aprender”. O processo de conhecimento, fundado nessas bases, é criador, crítico e demanda o exercício de uma disciplina intelectual séria, não se realizando, contudo por meio de atos mecânicos e autoritários.

Ainda sobre o público da EJA, diferentemente das relações vivenciadas pelas escolas com adolescentes, os jovens, os adultos e os idosos tem demanda específicas que os fazem retornar a escola. (ZANETTI, 2008, p. 79)

Nesse contexto vimos as dificuldades enfrentadas pelo público da EJA, os professores no tocante aos recursos metodológico que possam impactar essa modalidade como também a resistência de se combater o preconceito racial.

Ainda pudemos perceber que a temática ainda não está inserida no plano anual de aula da escola conforme reza a Lei 11.645/2008, a escola de uma forma geral não está conectada com essa legislação que não pode dizer que é mais tão nova, a visibilidade da insegurança das professoras e funcionários nos permite indagar e dizer que se faz

necessário uma formação continuada referente a temática étnico-racial através das tecnologias digitais.

(...) quero enfatizar o descaso da escola pelo reconhecimento da múltiplas “identidades” e pelas diferentes culturas dos diversos segmentos que historicamente integraram a formação de nosso país, como tarefa indispensável de formação para o exercício da cidadania. Essa multiplicidades de raízes da nossa formação cultural não pode ser desconsiderada, sob pena de se priorizar apenas a visão do mundo de um daqueles segmentos, à exclusão de todos os outros. (MOURA, 2008, p. 75).

Através deste trabalho pudemos perceber ainda a importância e contribuição das tecnologias digitais (software, aplicativos, pc, tablets, celular, redes sociais, blogs, sites e etc) para o ensino étnico-racial, compreendendo as dificuldades encontradas na modalidade de ensino de jovens e adultos. Entendendo que as tecnologias digitais possibilitam formas inovadoras, rápidas, criativas e que proporciona um feedback interativo levando a ter um contexto de práxis e que por esse motivo será de grande proveito para os estudantes e professores da Educação de Jovens e Adultos.

Vimos, no decorrer deste trabalho, a indicação de algumas possibilidades pedagógicas para uso das TIC'S no ensino étnico-racial na EJA como, vídeos, filmes, documentário, avaliações através da WEBQUEST, sabendo, porém, que tais propostas devem ser adaptadas de acordo com cada realidade escolar vivenciada. Além disso, destacamos os “Caderno da EJA”, propostos pelo MEC, os quais percebemos, através da análise realizada, uma série de conflitos e incoerência, já que o caderno que versa sobre tecnologias apresenta uma linguagem meramente tradicionalista, dando aspectos negativos a mesma. Já no caderno relativo às questões étnicas, o mesmo não apresenta reflexões coerentes sobre a temática.

Sabemos que o preconceito racial/social ainda existe, contudo essas ferramentas virtuais podem se tornar necessárias e importante para o combate ao racismo, como também a difusão da valorização e identificação étnico-racial dos povos indígenas, dos africanos e dos afros brasileiros como povo brasileiro. Assim entendemos que as tecnologias digitais como também as redes sociais, blogs, sites, possibilitam tanto uma auto-estima, como um empoderamento pela visibilidade através de conexões de redes com outros indivíduos da sociedade, interagindo com diferentes culturas.

Notamos, assim, a necessidade de conscientizar os professores, na busca constante de aprendizagem destas novas tecnologias, segundo Kenski (2003, p.49), “A diferença didática não está no uso ou não-uso das novas tecnologias, mas na compreensão das suas

possibilidades. Mas ainda, na compreensão da lógica que permeia a movimentação entre os saberes no atual estágio da sociedade tecnológica”.

Neste sentido, precisamos nos pautar nas políticas de inserção do aluno e do educador responsável pela modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos, para que as desigualdades não sejam multiplicadas pelo nosso país. Para Almeida:

Inserir-se na sociedade da informação não quer dizer apenas ter acesso à tecnologia de informação e comunicação (TIC), mas principalmente saber utilizar essa tecnologia para a busca e a seleção de informação que permitam a cada pessoas resolver os problemas do cotidiano, compreender o mundo e atuar na transformação de seu contexto. Assim, o uso da TIC com vistas à criação de uma rede de conhecimento favorece a democratização do acesso a informação, a troca de informações e experiências, a compreensão crítica da realidade e o desenvolvimento humano, social, cultural e educacional. Tudo isso poderá levar a criação de uma sociedade mais justa e igualitária. (ALMEIDA, 2005, p. 71).

É importante que os educadores reflitam sobre a prática desenvolvida em suas aulas e não esqueçam que os jovens e adultos não são crianças e que necessitam de aulas e tratamentos específicos e diferenciais, indicando, neste trabalho, a possibilidade do uso das novas tecnologias para o aparato nas aulas de EJA, enfocando aqui, as particularidades do ensino étnico-racial.

Nossa expectativa é que a finalização dessa pesquisa sirva como contribuição para o crescimento e o desenvolvimento dos professores no espaço escolar, como também a propagação das políticas públicas da educação e tecnológica e seus efeitos para uma inclusão social.

REFERÊNCIAS

ARAYA, Elizabeth Roxana Mass. VIDOTTI, Aparecida Borsetti Gregório. **CRIAÇÃO. PROTEÇÃO E USO LEGAL DE INFORMAÇÃO EM AMBIENTES DA WORLD WIDE WEB**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Tecnologia na Escola: criação de redes de conhecimentos. In: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. MORAN, José Manuel. **Integração das Tecnologias na Educação**. Salto para o Futuro. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Senado Federal - Secretaria Especial de Informática. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em: 7 jul. 2013.

BRASIL. Diversidade e Trabalho. **Unitrabalho** – Fundação interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, SECAD/ MEC, Brasília, 2007.

BRASIL. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade /Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed.–Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?sequence=1. Acesso em: 6 jul. 2013.

BRASIL. Tecnologia e Trabalho. Unitrabalho – **Fundação interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho**, SECAD/ MEC, Brasília, 2007.

BRASIL. UNESCO. **Declaração de Hamburgo**. Alemanha, 1997.

BRASIL. Lei Federal nº. 10.639, de 9/01/2003. **Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira no currículo da Rede de Ensino no Brasil**. Brasília: Gráfica do senado, 2003.

BRASIL. Lei Federal nº. 11.645/08, de 10/03/2008. **Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo da Rede de Ensino no Brasil**. Brasília: Casa Civil, 2008.

BRASIL. Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003. In **CONTRIBUIÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003**. Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial Mec/mj/seppir No 605 . UNESCO / MEC. 2008.

BRASIL. **Integração das Tecnologias na Educação/ Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005. 204 p.; il.

BRASIL. ANDRE, Cláudio Fernando (Org). Guia de tecnologias educacionais 2008. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, diretoria de políticas de formação, materiais didáticos e de Tecnologias para educação básica Coordenação-geral de tecnologia da educação. Brasília, 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 5. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. V. 1.

CURTO, Viviane. **Trabalhando com o computador na EJA**: uma análise dos relatos das práticas pedagógicas em meio digital com jovens e adultos, 2009. Disponível em: <www.ufpe.br/nehete/.../anais/p.../trabalhando-com-o-computador-na-eja.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2013.

DOURADO, Luis Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020)**: avaliação e perspectivas. 2ª edição. Autêntica, Editora UFMG.

DUARTE, Sinara. Formação de professores para o uso das tecnologias. In.: **Revista Espírito Livre**. Nº 3, julho, 2009. Disponível em: <http://softwarelivrenaeducacao.wordpress.com/2009/06/14/artigo-formacao-de-professores-para-o-uso-das-tecnologias/>. Acesso em: 21 ago. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura) 31ª edição. 2005.

GUARNIERI, Maria Regina. O INÍCIO DA CARREIRA DOCENTE: Pistas para o estudo do trabalho do professor. In: GUARNIERI, Maria Regina (Org). **Aprendendo a Ensinar**: o caminho nada suave da docência. 2. Ed. Campinas SP: Autores Associados.

GARCIA, Joe. **Educação de qualidade**: O desafio do nosso tempo. Paraná (Palestra), 2011. Disponível em: <http://escolapraque.blogspot.com.br/2011/10/para-professor-qualidade-nao-e-medida.html>. Acesso em: 21 ago. 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: Uma breve discussão. In: Educação anti-racista: Caminhos abertos pela lei federal nº 10639/03. Coleção Educação para Todos, Brasília: MEC/ SECAD, 2005.

IRELAND, T. D; MACHADO, M. M; IRELAND, V. E. J. C. **Os desafios da educação de jovens e adultos**: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. In: Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: Inep, 2005.

KLEIMAN, Angela B. **Preciso “ensinar” o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? Linguagem e letramento em foco. Linguagem nas séries iniciais. Cefiel/ IEL/ Unicamp, MEC, 2005.

LÉVY, P. **Cibercultura**. rad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 7. Ed. Campinas: Papirus, 2000.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

MANTOVANI, A.N. **Blogs na Educação: Construindo Novos Espaços de Autoria na Prática Pedagógica**, 2011. Disponível em: <http://educivica.com.sapo.pt/blognaeduca.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

MOURA, Glória. O DIREITO A DIFERENÇA. In: MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o Racismo na escola**. Ministério de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília. 2008.

MORAN, José Manuel. **O vídeo na sala de aula**. Comunicação e educação. São Paulo: Moderna, 1995. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/moran/vidsal.htm#comover>. Acesso em: 10 ago. 2013.

OLIVEIRA, Ivanilde A. **Educação de Jovens, Adultos e Idosos: aprendizagens ao longo da vida**. In: BRASIL. Educação ao longo da vida. Tv Escola/Salto para o futuro. Presidência da República; MEC; Secretaria de Educação a Distância. Ano XIX – Nº 11 – Setembro, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Concepções docentes sobre as relações étnico-raciais em educação e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: PUC, 2012. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT04-3068—Int.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Etnia e Raça: Conceitos**. Thomson, 2013. Disponível em: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/etnia.htm. Acesso em: 11 ago. 2013.

OLIVEIRA, Maria Selma Teotônio de. As tecnologias digitais como prática pedagógica na educação afro-brasileira (Lei 10.639/2003) In.: Et al VASCONCELOS JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **CULTURA, EDUCAÇÃO, ESPAÇO E TEMPO**.

PEREIRA, Josias (Org). **NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM REDES EDUCATIVAS: Diálogos entre praticantes da Educação**. Londrina: ERD Filmes Editora, 2008.

PINTO, Álvaro Vieira Pinto. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4ª. Ed. São Paulo. Cortez, 2005. – Saberes da docência.

RODRIGUES, A. M. M. **Por uma filosofia da tecnologia**. In: Grinspun, P.S.Z.(org.). Educação Tecnológica - Desafios e Perspectivas. São Paulo: Cortez, 2001: 75-129.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei N º 10.639/03 COMO FRUTO DE LUTA ANTI-RACISTA DO MOVIMENTO NEGRO. In.: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação continuada,

Alfabetização e Diversidade, (COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS), Brasília, FOXPRESS, 2005.

SEVIGNANI, Gabriela. **Tecnologia X Metodologia**. Toledo: Fórum de discussão, 2009. Disponível em: <http://formadocente.forumeiros.com/t7-tecnologia-x-metodologia>. Acesso em: 21 ago. 2013.

SILVA, Douglas Verrangia Corrêa. **A Educação das Relações Étnico-raciais no ensino de Ciências: diálogos possíveis entre Brasil e Estados Unidos**. São Carlos: UFSCar, 2009. Disponível em: <http://www.processoseducativos.ufscar.br/tese04.pdf>. Acesso em 21 ago. 2013.

SILVA, Uverlandia Santos. **Desafios e possibilidades da integração do computador e da internet no processo de ensino-aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos**. Alagoas: UFAL, 2009. Disponível em: <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/pdf>. Acesso em: 21 ago. 2013.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. LINGUAGEM ESCOLARES E REPRODUÇÃO DO PREDONCEITO, in.: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS, Brasília, FOXPRESS, 2005.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Racismo em livros didáticos: Estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

VERASZTO, E. V. **Projeto Teckids: Educação Tecnológica no Ensino Fundamental**. Dissertação de Mestrado. Campinas. Faculdade de Educação. UNICAMP. 2004.

ZANETTI, Maria aparecida. Reflexões sobre a Formação de Educadores de Jovens e Adultos em Redes de Ensino Públicos. In. MACHADO, Maria Margarida (Org). In.: **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. Brasília: Secad/ MEC, UNESCO, 2008.

WEBGRAFIA:

Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/>. Acessado em: 08/09/2013.
 Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/>. Acessado em: 27/06/2013.
 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acessado em: 27/06/2013.

Disponível em: <http://afroeducacao2.blogspot.com>. Acessado em: 14/05/2013.

Disponível em: <http://indios-brasileiros.info/>. Acessado em: 14/05/2013.

Disponível em: <http://www.programaendeindio.org/>. Acessado em: 14/05/2013.

Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt>. Acessado em: 14/05/2013.

Disponível em: <http://www.museudoindio.org.br>. Acessado em: 14/05/2013.

Disponível em: <http://www.africanidade.com>. Acessado em 15/05/2013.

Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acessado em 15/05/2012.

Disponível em: <http://www.institutoafricaviva.blogspot.com.br>. Acessado em 15/05/2013.

Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br>. Acessado em: 15/05/2013.

Disponível em: <http://www.mundonegro.com>. Acessado em: 15/05/2013.

Disponível em: <http://negrasbamidele.blogspot.com.br>. Acessado em: 15/05/2013.

Disponível em: <http://correionago.ning.com>. Acessado em: 15/05/2013.

Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/>. Acessado em 10/04/2013.

Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00001626.pdf>. Acessado em 10/04/2013.

Disponível em: <http://www.culturasindigenas.org/>. Acessado em 10/04/2013.

Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/me001985.pdf. Acessado em 10/04/2013.

Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/me001986.pdf. Acessado em 10/04/2013.

Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/me001987.pdf. Acessado em 10/04/2013.